



S 2012 RELATÓRIO E CONTAS 2012 RELATÓRIO E CONTAS 2012 86º EXERCÍCIO

# Prezados Consócios

No cumprimento das disposições estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas do exercício de 2012, com o qual termina o nosso mandato.

Nos termos do  $n^{\circ}$  3 do art $^{\circ}$  17  $^{\circ}$  dos Estatutos desta Caixa, o Conselho de Administração apresentou, em 30/10/2012, uma lista de candidatos aos Corpos Sociais da Caixa, para o mandato de 2013/2015.

Uma vez que essa foi a única lista apresentada a sufrágio no acto eleitoral de 17/12/2012, estão garantidas as condições para prosseguir os objectivos de estabilidade financeira e garantir os benefícios sociais que a Caixa proporciona.

Resta-nos agradecer a colaboração de quantos nos acompanharam, saudar aqueles que aceitaram integrar os Corpos Sociais e desejar a todos os maiores êxitos na consolidação deste projecto.



Ao longo da sua existência, ao serviço dos Professores e demais Trabalhadores do Ensino público, particular e cooperativo, a Caixa demonstrou que os objectivos dos seus fundadores se projectam para os tempos modernos em que as carências sociais se fazem sentir com actualidade porventura agravada.

Esta instituição, criada em 1926, superou desafios ao longo de 86 anos de actividade, que contribuíram para o seu desenvolvimento e consolidação das áreas fundamentais de apoio aos seus associados.

O plano de incentivos à subscrição de modalidades de seguros sociais na vertente da poupança, reforma e apoio à família mantém-se como objectivo preconizado.

O seguro social voluntário, particularmente nas modalidades de Capitais Opcionais, Reforma, Lazer e Vida Inteira, como complemento do sistema obrigatório de segurança social surge nesta hora cada vez mais necessário.

# ■ 1. ORGANIZAÇÃO

A organização e a gestão da CPME têm como base o organograma que se apresenta, consubstanciado no estatuto, seu regulamento e no quadro privativo da Instituição.

#### ORGANOGRAMA EM VIGOR ASSEMBLEIA GERAL CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CONSELHO FISCAL Consultores Gestão Financeira Gestão de Sócios Tesouraria Património e Contabilidade e Serviços Gerais Gestão Gestão Gestão de Previdência e Acção Recursos Financeira de Tesouraria Inquilinos e Obras Complementar Humanos Receita Gestão de Imóveis Serviços Contabilidade

#### QUADRO DE PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO

e Pessoal Afecto

Gerais

Quadro definido com o organograma supra								
Equiparação remuneratória	Pessoal	Ν°	20	2010		2011		12
			01 Jan.	31 Dez.	01 Jan.	31 Dez.	01 Jan.	31 Dez.
Dirigente	Director de Departamento	2	1	2	2	2	2	2
Analista de Informática	Analista de Informática	1	0	1	1	1	1	1
Coordenador Técnico	Chefe de Secção	3	4 (a)	3	3	3	3	3
A	Tesoureiro	1	1	1	1	1	1	1
Assistente Técnico	Assistente Administrativo	14	13	13	14	13 (b)	13 (b)	12
Assistanta Operacional	Telefonista/recepcionista	1	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Porteiro	1	1	1	1	1	1	1
	Auxiliar	2	1	1	1	1	1	1
Porteiro - Prédio Urbano	Porteiro - Prédio Urbano	25	23	23	24	23	23	22
	TOTAL	50	44	45	47	46	46	43

<sup>(</sup>a) um chefe de secção, com vínculo à função pública – aguarda aposentação

de Quotas

<sup>(</sup>b) um colaborador na situação de licença sem retribuição



No âmbito do movimento associativo, continua a registar-se a preferência pelo recebimento do benefício à idade da reforma, nas vertentes dos Seguros de Reforma e de Lazer.

As diversas modalidades postas à disposição dos associados proporcionam, ainda, a vertente da poupança com objectivos bem definidos em benefício do próprio sócio ou da família.

Desenvolvemos, a seguir, os quadros que permitem avaliar a evolução do movimento associativo.

O decréscimo que se tem verificado no âmbito de novas subscrições obriga a medidas de informação e esclarecimento junto dos potenciais candidatos a sócios.

#### ■ 1. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Apresenta-se o movimento de sócios, de acordo com a regulamentação específica, e que se descreve:

Artº 1º do Estatuto – Subsídio por morte (modalidade da constituição da Caixa).

### ■ 1.1. Subsídio por Morte

Em relação ao subsídio por morte, apresenta-se o desenvolvimento no último triénio:

SUBSÍDIO POR MORTE (ART°. 1° DO ESTATUTO)

		Fale	cidos	Trongs					Sócios contribuintes		
Anos	N° Início do ano	Susp.	Com direitos	Transf. em renda vitalícia	m Anulação I nda susp.	Demissão susp.	Demissão activos	Total	Direitos susp.	A pagar quotas	
2010	12 747	0	224	19	0	0	6	12 498	791	11 707	
2011	12 498	1	213	14	0	0	2	12 268	807	11461	
2012	12 268	18	220	13	15	1	5	11 996	784	11 212	

Em 31/12/2012, a idade média destes sócios elevou-se a 69,46 anos.

Numa análise dos sócios com direito a rateio em 31/12/2011, todos têm um subsídio total superior às quotas pagas. Em média esse subsídio atinge 322,20% da soma das quotas pagas sendo o valor mínimo de 120,52%. Isto significa que os rateios acumulados atingem, em média, 222,20% da soma das quotas pagas.

O benefício do rateio sobre o subsídio subscrito é realçado no quadro seguinte, relativo a sócios activos falecidos no período:

#### SUBSÍDIOS LEGADOS

Anos	Sócios falecidos	Subsídios subscritos	Rateios atribuídos	Total legado
2010	224	45 837,86	91 375,50	137 213,36
2011	213	41 912,75	86 597,60	128 510,35
2012	220	53 101,70	89 844,01	142 986,52

# ■ 1.2. Rendas Vitalícias constituídas e em vigor

A renda vitalícia resulta da transformação da reserva matemática do subsídio por morte, após a aposentação do sócio, como alternativa ao recebimento, em vida do sócio, de um benefício resultante dos descontos efectuados.

O quadro seguinte reflecte a evolução verificada no último triénio.

#### RENDAS VITALÍCIAS CONSTITUÍDAS E EM VIGOR

Valores em Euros

Beneficiários / Valor	2010	2011	2012
Transformação em renda vitalícia	19	14	13
Sócios pensionistas	336	336	341
Beneficiários de sócios	64	63	62
Beneficiários do extinto Montepio do Professorado Primário	35	34	33
Totais	435	433	436
Rendas vitalícias (s/bonificação)	21 944,16	22 410,80	23 076,98

# ■ 1.3. Novas Modalidades – Benefícios Sociais (2002 e 2008)

Em benefício do sócio – Reforma (SR) e Lazer (SL)

Em benefício da família do sócio - **Vida Inteira (SVI); Prosseguimento** de Estudos (SPE) e Maioridade (SM)

Em benefício do sócio/família – Capitais Diferidos com Opção (CDO)

O movimento de sócios e subscrições disponibiliza-se no quadro e gráficos seguintes:

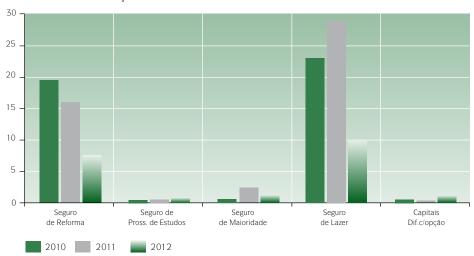
BENEFÍCIOS A QUE SE REFERE O ARTº. 1º A DO ESTATUTO

Ano	SR	SPE	SM	SL	CDO	Total Subscrições	Total Novos sócios
2010	20	0	1	24	0	45	14
2011	17	1	2	29	1	50	22
2012	8	0	0	11	1	20	10

A idade média destes sócios eleva-se a 53 anos.

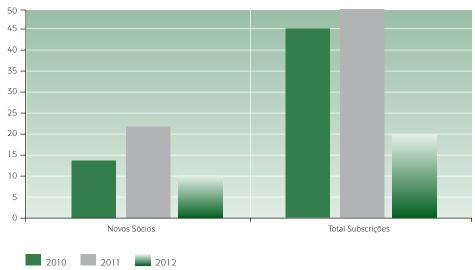
# MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Subscrições nas diversas modalidades - Anos 2010 a 2012



# MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Novos sócios e subscrições nas diversas modalidades - Anos 2010 a 2012



### ■ 2. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

# ■ 2.1. Títulos da dívida pública

Os títulos de obrigações consolidados de 1940 e de 1942 apresentam, à data de 31 de Dezembro de 2012, uma cotação de 20.367,33 euros, inferior ao preço de compra, sendo a menos valia de 52.682,13 euros. Porém, como as taxas de rendimento fixo de 4% e 3% se aplicam sobre o valor nominal de 74.435,61, o rendimento mantém-se.

A evolução dos últimos anos é discriminada no quadro que se segue:

### CARTEIRA GLOBAL DE TÍTULOS – CONSOLIDADOS DE 1940 E 1942

Valores em euros

_		Dan din anta		
Anos	Compra	31 de Dezembro	Valias ( + /-)	Rendimento
2010	73 049,46	40 804,91	-32 244,55	2 765,47
2011	73 049,46	11 616,70	-61 432,76	2 301,32
2012	73 049,46	20 367,33	-52 682,13	2 300,42

# ■ 2.2. Depósitos Bancários e o conjunto do investimento (excepto imóveis)

De acordo com as disposições estatutárias, acompanhou-se a gestão destas aplicações financeiras com a prudência que o contexto económico aconselha.

Ilustra-se esta situação com os quadros seguintes, que reflectem a composição do investimento e o respectivo rendimento nos últimos três anos.

# COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em Euros

Anos	Dep. a Prazo	Títulos da Dívida Pública	Empréstimos	Totais
2010	2 771 500,00	73 049,46	233 164,96	3 077 714,42
2011	2 956 000,00	73 049,46	181 018,50	3 210 067,96
2012	3 375 000,00	73 049,46	313 293,24	3 761 342,70

# RENDIMENTOS DESTAS APLICAÇÕES

Valores em Euros

Anos	Dep. a Prazo	Títulos da Dívida Pública	Empréstimos	Totais
2010	41 613,35	2 765,47	25 231,01	69 609,83
2011	95 284,21	2 301,32	11 423,95	109 009,48
2012	112 841,80	2 300,42	9 770,09	124 912,31

# ■ 2.3. A exploração dos imóveis

As grandes reparações, levadas a cabo no exercício de 2012 totalizam 347.718,58 euros, conforme destaque no mapa dos prédios de rendimento. Estas obras, de valor unitário superior a 30.000 euros, contribuíram para a valorização dos imóveis e beneficiaram os seguintes: Av. Duque de Loulé, 93/95-B; Av. Almirante Reis, 250/250A; Rua Tenente Espanca, 26/26C; Rua José d'Esaguy, 10/10-D (conclusão das obras iniciadas em 2011 no edifício e no 3° Esq); Av. Estados Unidos da América, 130/130B (início das obras de conservação geral do edifício); Av. Estados Unidos da América, 123 (conclusão das obras de conservação geral iniciadas em 2011) e Rua Ferreira Lapa, 29/29B - Rua Conde Redondo, 18.

As despesas de conservação, realizadas no exercício, totalizaram 361.359,29 euros. Salientam-se as obras relevantes efectuadas nos seguintes imóveis: Rua Nova da Trindade, 1/1-D e Largo do Chiado, 16/23 (impermeabilização da empena contígua à igreja do Loreto); Rua dos Correeiros, 8/20 (modernização do ascensor) e Av. Estados Unidos da América, 123 (substituição da coluna de água e instalação de bombas de pressão de água).

De acordo com a legislação em vigor, todas as obras estão a ser objecto de procedimento em Portal e publicitadas no "site" da Caixa de Previdência do Ministério da Educação.

Concretizaram-se, no exercício, 13 novos contratos de arrendamento, de natureza habitacional e não habitacional.

O quadro seguinte identifica os dados estatísticos do triénio.

# INVESTIMENTO E EXPLORAÇÃO DE IMÓVEIS

Valores em Euros

Referências	2010	2011	2012
Investimento (Grandes obras)	353 867,20	333 463,83	347 718,58
Rendas cobradas e Benef. de penalidades contratuais	1 827 561,53	1 882 227,79	2 029 891,94
Despesas de exploração	588 021,30	668 631,97	592 065,59
Resultado de exploração	1 239 540,23	1 213 595,82	1 437 826,35

# ■ 3. PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2013

"Nos termos da alínea e) do art° 20° do Estatuto da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, na sua redacção do Decreto-Lei n.º 193/97, de 29 de Julho, o Conselho de Administração elaborou o programa de actividades para o exercício de 2013, que contempla a seguinte estratégia:

1. Atribuição aos sócios dos benefícios estatutários

Estes incluem, designadamente:

- a) Pagamento de subsídios por morte aos herdeiros dos sócios falecidos;
- b) Pagamento aos beneficiários de rendas vitalícias, instituídas pelo sócio, através da transformação do valor do subsídio constituído;
- c) Pagamento de seguros sociais e benefícios, nos termos do regulamento aprovado;
- d) Projecção de novas modalidades de seguros sociais, para maior cobertura, no âmbito da protecção do sócio e da sua família;
- e) Concessão aos sócios de empréstimos de âmbito caracterizadamente social: para construção ou compra de habitação própria; para obras em casa própria; para ocorrer a despesas com cuidados de saúde do sócio ou do seu agregado familiar; para aquisição de equipamento educativo e profissional, bolsas de estudo ou ainda para outras finalidades, que se encontrem estabelecidas estatutariamente;
- f) Concessão de empréstimos, não incluídos na alínea anterior, aos sócios subscritores de determinadas modalidades de seguro que os permitem, sobre o valor das respectivas reservas matemáticas, nuns casos, ou sobre o valor das quotas pagas, noutros casos;
- g) Propiciar aos sócios condições preferenciais no arrendamento de fogos em imóveis de propriedade da Caixa.
  - 2. Divulgação junto do seu mercado potencial dos benefícios concedidos

O mercado potencial da Caixa de Previdência é constituído pelo universo dos que exercem ou exerceram funções docentes ou não docentes no Ministério da Educação e Ciência e nos Serviços por eles tutelados, bem como no ensino particular e cooperativo.

Reforçar a divulgação dos benefícios disponibilizados, quer através de "site" próprio, quer por folhetos, brochuras e outros, considerando o conjunto de modalidades disponibilizadas para Seguros Sociais e a sua vertente da poupança em benefício do sócio e da sua família.

#### 3. Gestão dos Recursos Humanos

Coligir as directrizes internas e a legislação aplicável ao pessoal da Instituição.

Prosseguir as acções de formação do pessoal.

- 4. Acompanhamento da evolução informática
- 4.1. Desenvolvimento em termos de hardware e software.

Levantamento de todo o hardware e software com vista ao desenvolvimento das iniciativas de modernização e reorganização, em termos das aplicações existentes, com base em directrizes de empresa da especialidade.

4.2. Classificação e digitalização de documentos.

Com base no referido no número anterior, programar a classificação de documentos para digitalização, com prioridade para a reorganização em termos correntes, e tratamento dos arquivos da Caixa, segundo planos de modernidade, economia de espaço e facilidade de consulta.

- 5. Prosseguir as acções de dinamização da exploração dos imóveis, nas vertentes da beneficiação e conservação com vista ao arrendamento
- 5.1. Conservação de edifícios e de fogos habitacionais

Os imóveis propriedade da Caixa integram o seu capital financeiro, constituindo a principal fonte de autofinanciamento e destinando-se a assegurar os pagamentos decorrentes da actividade de seguros sociais e outros benefícios.

O número de prédios e a sua antiguidade obrigam a programas e cuidados específicos em obras de conservação que compreendem: conservação exterior; remodelação de elevadores; colunas de electricidade, gás e águas.

O arrendamento de andares devolutos é prioritário face à evolução do mercado.

6. Renegociação com o INATEL das condições de exploração dos pavilhões de férias

Prosseguir as negociações com o INATEL sobre a revisão da Convenção celebrada em 21 de Março de 1966, de modo a rentabilizar os recursos decorrentes dos dois pavilhões propriedade da Caixa, na Foz do Arelho.

7. Proposta de actualização das disposições estatutárias e regulamentares

Reanálise do projecto de alteração do Estatuto da Caixa de Previdência do Ministério da Educação e/ou seu regulamento, adequando-os à evolução da conjuntura."

# ■ 4. SÍNTESE DO OCTOGÉSIMO SEXTO EXERCÍCIO

# ■ 4.1. As Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram apresentadas em 2010 e 2011, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

No ano de 2012 foram preparadas, pela primeira vez, de acordo com o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº.36-A/2011, de 9 de Março. Este regime integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº.158/2009, de 13 de Julho, que foi adoptado pela Caixa de Previdência do Ministério da Educação, conforme acima se refere.

O desenvolvimento destes processos encontra-se detalhado no Balanço, nas Notas às Demonstrações Financeiras e demais elementos que compõem o Relatório e Contas do exercício de 2012.

# ■ 4.2. Evolução sobre as parcelas de rendimento

Indica-se de seguida a evolução do triénio sobre as parcelas de rendimento e respectivas taxas:

Tipos de rendimento	Posição relativa das parcelas de rendimento			Taxas médias de rendimento		
·	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Papéis de crédito	0,14%	0,15%	0,14%	3,79%	3,15%	3,15%
Prédios de rendimento	94,37%	93,61%	93,23%	2,56%	3,99%	4,27%
Hipotecas para habitação	0,22%	0,19%	0,14%	5,37%	6,92%	6,07%
Hipotecas para obras	0,22%	0,19%	0,17%	15,34%	3,46%	4,76%
Depósitos em Bancos	4,97%	5,80%	6,28%	1,63%	3,29%	3,55%
Emprést. Apoio à Família	0,08%	0,06%	0,05%	5,05%	4,91%	6,74%
Emprést.sobre R.Matem.	0,00%	0,00%	0,00%	9,08%	5,73%	0,00%
Emprést. sobre quotas pagas*	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,82%
	2,55%	3,95%	4,22%			

<sup>\*</sup> A média só contempla o período do ano em que os empréstimos existiram.

#### ■ 5. OUTRAS ACTIVIDADES SOCIAIS

# ■ 5.1. Pavilhões do Centro de Férias da Foz do Arelho, propriedade da Caixa de Previdência do Ministério da Educação

De acordo com os objectivos desta Administração, torna-se premente a negociação da convenção celebrada quando da aquisição dos edifícios. A transformação do INATEL em Fundação e as implicações que tal modificação trouxe ao processo negocial são dados importantes para uma tomada de posição, na defesa dos interesses da Caixa e dos seus associados. Sobre este assunto não foi possível obter, até ao momento, uma posição do INATEL.

# ■ 5.2. Acordos e protocolos com outras entidades

Mantêm-se os acordos e protocolos com diversas entidades na área do turismo, da assistência e das clínicas médicas e outros, com o benefício de descontos para os sócios que directamente contactam as entidades pretendidas, publicitadas no "site" da CPME.

# ■ 6. PROPOSTA PARA DISTRIBUIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Nos termos das disposições estatutárias e seguindo os critérios de prudência adoptados nos últimos exercícios, entende-se fundamentar a proposta de aplicação do resultado, com base no reforço das reservas, sem descer o valor da distribuição de melhorias pelos subscritores.

O exercício de 2012 foi concluído com um resultado líquido de **555.731,63** euros.

Nestas circunstâncias, propomos que se mantenha:

- $1^{\,\rm o}$  O critério que vem sendo adoptado na distribuição da parte do resultado, destinado a melhorias, com o objectivo de seguir um procedimento uniforme para todas as modalidades de seguros sociais e que contemple equitativamente todas as subscrições;
- $2^{\,\circ}$  De acordo com o acima indicado, o critério na distribuição do resultado, contemplando:
- a) O reforço do Fundo de Reserva Legal, com um valor superior ao mínimo fixado no parágrafo  $3^{\circ}$  do art $^{\circ}$   $23^{\circ}$  dos Estatutos;
  - b) O reforço do Fundo de Reserva Extraordinária;
  - c) O reforço da Reserva Extraordinária para beneficiação de imóveis;
- d) A distribuição de uma parte, sob a forma de melhorias, pelas subscrições das diversas modalidades de previdência;
- e) A valorização das rendas vitalícias em pagamento, ainda como parte da distribuição do resultado destinado a melhorias, nas seguintes condições:
  - e1) Manter o valor da renda mínima anual em 18 euros;
- e2) Valorizar as demais rendas em 2%, sobre o valor processado no ano anterior;
- e3) Excluir dessa valorização de 2% as rendas iniciadas em 2012 e 2013.

Nestes termos propomos, ainda:

- $1^{\,\rm o}$  Que se aprove o seguinte procedimento para a distribuição da parte do resultado do exercício destinada a melhorias das subscrições de todas as modalidades de previdência:
- a) Repartição do valor atribuído, proporcionalmente ao valor global das reservas matemáticas constituídas para cada modalidade (incluindo a prevista no art<sup>o</sup> 1º dos Estatutos);
- b) Distribuição do valor global correspondente a cada modalidade, por cada uma das respectivas subscrições, proporcionalmente ao montante das quotas pagas, para cada uma delas.
- 2° Que nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art° 23° dos Estatutos e, de acordo com o critério definido no número 1°, propomos, também, que ao resultado do exercício, de **555.731,63**, seja dada a seguinte aplicação (valores em euros):

a) - Para Fundo de Reserva Legal (28%)	155.604,86
b) - Para Fundo de Reserva Extraordinária (30%)	166.719,49
c) - Para Reserva Extraordinária	
para Beneficiação de Imóveis (37,25%)	207.010,03
d) - Para distribuição pelos subscritores das diversas	
modalidades de previdência, na plenitude dos seus	
direitos sociais em 31/12/2012, 4%, assim, repartidos:	
Subsídio por Morte	18.938,96
Seguro de Vida Inteira	305,21
S. Pensões de Reforma	440,84
Seguro de Reforma	1.342,75
Seguro de Prosseg. de Estudos - Formação	43,10
Seguro de Prosseg. de Estudos - Curso	20,64
Seguro de Maioridade	95,98
Seguro de Lazer	1.032,71
Capitais Diferidos com Opção	9,07
e) - Para complemento das pensões de renda	
vitalícia a pagar durante o ano de 2013,	
nas condições atrás indicadas (0,75%)	4.167,99

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

Total

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, aa) António Manuel Dias Farinha Nuno Tavares João Luís Cabral Picão Caldeira José da Graça Lourenço Quitério Libânia Madalena Mateus Morais Mamede

555.731,63

#### AGRADECIMENTOS

# **■** Órgãos Sociais

O Conselho de Administração agradece ao Conselho Fiscal e aos demais membros dos Órgãos Sociais o empenho e dedicação demonstrados na participação da vida associativa desta Caixa.

No fecho deste triénio manifestamos publicamente o nosso agradecimento e louvor à associada, Dr<sup>a</sup> Gabriela Martins Cabral Recca de Sousa, que nos acompanhou desde 2000 a 2012 com elevado espírito de missão e colaboração.

#### ■ Funcionários e demais colaboradores

A todos os Funcionários e demais Colaboradores da Caixa que, dedicadamente, nos acompanharam e que contribuíram para os resultados deste exercício, uma palavra de apreço e o reconhecimento pelo profissionalismo e pelo esforço desenvolvido.

Cessou funções o colaborador Emídio Manuel Romão que dedicou a esta Caixa mais de 10 anos de serviço. O Conselho de Administração manifesta-lhe público reconhecimento e o louvor devido pela dedicação e colaboração.

#### ■ HOMENAGEM

#### Dr. José Pereira da Silva Brandão

O Conselho de Administração recorda com profundo pesar a figura do seu antigo sócio, Dr. José Pereira da Silva Brandão, nascido em 20 de Março de 1917 e falecido em 28 de Outubro de 2012, que dedicou uma parte da sua vida a esta Instituição, tendo desempenhado as funções de Presidente do Conselho Fiscal com muito mérito e empenho nos períodos de 1972 a 1990 e de 1998 a 2000.

Foram 22 anos de serviço dedicado que a história da Caixa regista com muito apreço e consideração.

Ao Senhor Dr. José Pereira da Silva Brandão a nossa homenagem e agradecimento pela sua dádiva a esta Instituição.

#### ■ Dr. José António Coelho Antunes

No dia 14 do mês de Janeiro de 2013 ocorreu o falecimento do Senhor Dr. José António Coelho Antunes, nascido em 19/2/1944.

É com emoção que o recordamos como Presidente institucional nos anos de 1991/1992 e como Administrador-Delegado empenhado e esclarecido, no período de 1998 a 2010. Deixamos esta evocação e agradecimento reiterando ao homem e colaborador os agradecimentos que lhe dedicámos no relatório do exercício de 2010 e na proposta de louvor aprovada na Assembleia Geral de 29 de Março de 2011.

Galardoado por Sua Excelência o Presidente da República, com a comenda de Mérito Civil, o Dr. Coelho Antunes ficará na história desta Caixa pela contribuição decisiva no processo do seu desenvolvimento e modernização e pelos serviços tão meritórios dedicados à Instituição e aos sócios.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



#### ■ 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Na data de referência deste relatório, a *CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO* contava 448 subscrições nas novas modalidades de seguro social, o que representa um decréscimo de 1,1% em relação ao ano anterior. Este decréscimo, que acontece pela primeira vez, deve-se à situação difícil que atravessamos e que desencoraja ou impede novas subscrições. No número indicado estão incluídas três subscrições já em curso.

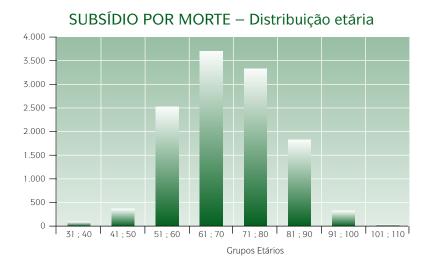
Na maior parte deste relatório continuamos a distinguir as modalidades antigas das introduzidas em 2002 e 2009, uma vez que ainda não é prático comparar os valores quantificados relativamente a umas e outras. Em todos os quadros as grandezas financeiras estão expressas em euros.

#### ■ 1. MODALIDADES ANTIGAS

Em 31 de Dezembro de 2012, havia 11.996 subscrições em Subsídio por Morte (das quais 784 dizem respeito a sócios suspensos) e 436 Rendas Vitalícias. O número de subscrições em Subsídio por Morte continua a decrescer, tendo o número de sócios suspensos diminuído 23 unidades. Apresenta-se a distribuição das subscrições, sendo as Rendas Vitalícias expressas no seu valor anual:

Modalidades	Número de subscrições	Valores subscritos e melhorias	Quotização anual
Subsídio por Morte	11.996	8.978.104,57	151.836,96
Rendas Vitalícias	436	23.322,08	

A distribuição etária dos sócios subscritores de Subsídio por Morte, incluindo os suspensos, pode ser apreciada no gráfico que se insere de seguida. O gráfico difere pouco daquele que se obteve há um ano.



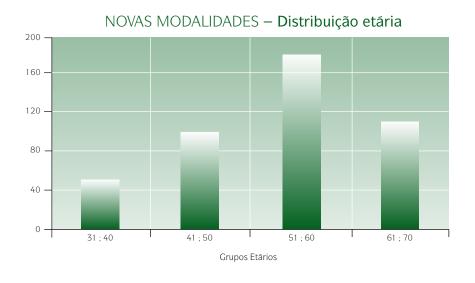
A idade média desta população manteve-se nos 69 anos. Se se tives-sem considerado também os subscritores das novas modalidades, a idade média seria ainda 69 anos. A diferença é que a primeira idade média foi arredondada por defeito (era 69,46) e a segunda foi arredondada por excesso (era 68,88).

As reservas matemáticas referentes ao Subsídio por Morte e às Rendas Vitalícias ascendem a **5.402.472,92** €, assim distribuídos:

Modalidades	Reservas matemáticas		
Subsídio por Morte	5.262.126,19		
Rendas Vitalícias	140.346,73		
Total	5.402.472,92		

### ■ 2. MODALIDADES INTRODUZIDAS EM 2002 E EM 2009

Estas modalidades contam com 448 subscrições. A distribuição etária dos subscritores é a seguinte:



O gráfico mostra que as idades dos subscritores continuam mais elevadas do que se desejaria, no sentido de obter um rejuvenescimento da população associativa. Note-se que o escalão etário [21; 30] já não está representado. Nos escalões representados não há variações significativas.

O quadro que se segue mostra a distribuição destas subscrições, registando as idades médias e os valores actuais dos capitais subscritos, das melhorias e da quotização mensal. As subscrições de Pensões de Reforma referem-se ao valor anual e as de Seguro de Prosseguimento de Estudos referem-se a uma semestralidade.

	Número Idade média		Val	ores actuais	
Modalidades			Subscrições	Melhorias	Quotas mensais
Seguro de Vida Inteira	26	61	295.218,33	5.191,65	912,00
Pensões de Reforma	13	52	30.128,40	525,97	1.196,59
Seguro de Reforma	191	51	1.169.422,40	11.519,31	5.312,53
S. Prosseg. Estudos - Formação	4	49	1.425,78	39,74	55,02
S. Prosseg. Estudos - Curso	3		850,00	53,65	
Seguro de Maioridade	12	52	41.582,33	908,31	229,96
Seguro de Lazer	196	54	964.363,04	9.235,15	4.779,75
Capitais Diferidos com Opção	3	62	5.520,00	31,54	13,91
Totais	448	53			12.499,76

Continua a notar-se a preferência dos subscritores por modalidades em que os beneficiários sejam eles próprios e que as subscrições são feitas com idades mais elevadas do que seria desejável.

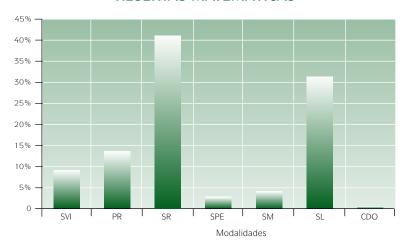
Verifica-se também que, nas três modalidades introduzidas em 2009, só se concretizaram três subscrições. No entanto são modalidades a prazo, duas delas com pagamentos periódicos, integradas no grupo de modalidades mais atraentes.

As reservas matemáticas destas subscrições (incluindo as melhorias) ascendem a **914.200,22** €, parceladas da seguinte forma:

Modalidades	Reservas matemáticas			
Wiodaildades	Subscrições	Melhorias	Totais	
Seguro de Vida Inteira	81.696,04	3.105,03	84.801,07	
Pensões de Reforma	119.060,12	3.424,91	122.485,03	
Seguro de Reforma	365.103,12	7.974,72	373.077,84	
Seg. de Prosseg. de Estudos - Formação	11.581,19	395,40	11.976,59	
Seg. de Prosseg. de Estudos - Curso	5.462,46	271,89	5.734,35	
Seguro de Maioridade	25.859,05	808,31	26.667,36	
Seguro de Lazer	280.780,92	6.155,66	286.936,58	
Capitais Diferidos com Opção	2.495,10	26,30	2.521,40	
Total	892.038,00	22.162,22	914.200,22	

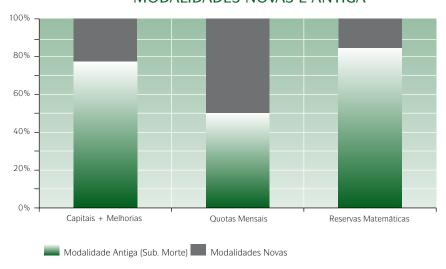
No gráfico seguinte podemos apreciar a distribuição percentual destas reservas, representando-se as modalidades pelas suas iniciais (SVI-Seguro de Vida Inteira; PR-Pensões de Reforma; SR-Seguro de Reforma; SPE-Seguro de Prosseguimento de Estudos; SM-Seguro de Maioridade; SL-Seguro de Lazer; CDO-Capitais Diferidos com Opção):





Através de outro gráfico, vamos comparar estas modalidades com a antiga, retirando algumas conclusões:

MODALIDADES NOVAS E ANTIGA



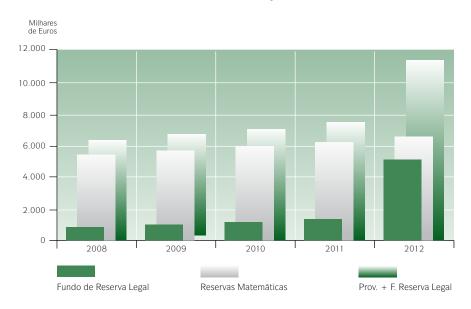
Verificamos que os capitais subscritos e melhorias nas modalidades novas representam mais de 20% do total (exactamente 21,8%). As quotas mensais destas modalidades são já responsáveis por, praticamente, 50% da quotização total (exactamente 49,7%). A previsão de que este ano esta percentagem excederia os 50% não se confirmou, dado o saldo negativo entre as entradas e as saídas.

De qualquer forma é grato verificar que 448 subscritores das novas modalidades pagam praticamente o mesmo que 11.996 subscritores de Subsídio por Morte.

As reservas matemáticas das novas modalidades representam apenas 14,8% do total, dado que se referem a subscrições com pouca antiguidade, mas esta percentagem tem aumentado todos os anos (era 12,8% há um ano).

Finalmente insere-se um gráfico que mostra a evolução das reservas matemáticas totais e da sua cobertura nos últimos cinco anos. Devido à alteração do Plano de Contas, o Fundo de Reserva em 2012 não pode ser comparado com os Fundos de Reserva Legais dos anos anteriores. Entre não apresentar um gráfico ou apresentá-lo distorcido, optou-se pela segunda solução.

# RESERVAS MATEMÁTICAS E FUNDOS EVOLUÇÃO



As reservas matemáticas totais ascendem a **6.316.673,14** € e estão completamente cobertas pelo activo líquido da Caixa. A situação técnico-actuarial continua muito boa.

Lisboa, 28 de Janeiro de 2013

O Actuário, a) Nuno José Botto dos Reis Rodrigues Actuário Titular pelo Instituto dos Actuários Portugueses

# Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 37.515.585 euros e fundos patrimoniais de 30.679.472 euros, incluindo um resultado líquido de 555.732 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

# Responsabilidades

- 2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa de Previdência, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### ■ Âmbito

- 4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

# Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

# ■ Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2013

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

José Vieira dos Reis, ROC n° 359

# Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Em cumprimento do estabelecido no artigo 21º dos estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, o Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório apresentado pelo Conselho de Administração e das Demonstrações Financeiras que fazem parte desta publicação do Relatório e Contas do 86º exercício, relativo ao ano de 2012.

O Conselho Fiscal levou em consideração o teor do Relatório dos auditores externos Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda, que faz parte do conjunto de elementos do relatório de 2012.

No âmbito da actividade programada para o exercício o Conselho de Administração obteve resultados que reflectem o esforço desenvolvido na gestão do património com o benefício directo da actividade social preconizada estatutariamente.

Congratulamo-nos com a evolução da apresentação das Demonstrações Contabilísticas que, desde 2010, têm acompanhado as normas de Relato Financeiro, conforme detalhe nas Notas às Demonstrações Financeiras e mapas complementares.

Agradecemos a mensagem deixada pelo Conselho de Administração, assim como acompanhamos o reconhecimento manifestado aos demais Órgãos Sociais, aos Trabalhadores e restantes Colaboradores da Caixa.

Não poderemos deixar de relembrar a obra e o legado dos colegas José Pereira da Silva Brandão e José António Coelho Antunes que acompanharam esta Instituição, ao longo de várias décadas e que, recentemente, deixaram de estar junto de nós. Assim, manifestamos o nosso voto de pesar aos seus familiares.



Nos termos do exposto e no acompanhamento das medidas tomadas pelo Conselho de Administração, em relação ao exercício de 2012, propõe-se que:

- 1. Se aprove o relatório do Conselho de Administração;
- 2. Se aprovem as contas que compõem as Demonstrações Financeiras;
- 3. Se aprove a distribuição do resultado do exercício, nos termos propostos pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2013

O CONSELHO FISCAL

aa) Alípio Marques Magalhães Fernandes Maria de Fátima Silva Santos Mendonça Jorge Carvalho Arroteia

# BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores em euros

ACTIVO	2012	2011
Activo não corrente:		
Activos fixos tangíveis	1 712 930,14	1 687 850,29
Bens do património histórico e cultural	0,00	0,00
Propriedades de investimento	31 946 816,76	31 722 128,70
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	333 660,57	192 635,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	0,00	0,00
	33 993 407,47	33 602 614,19
Activo corrente:		
Inventários	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	8 008,11	6 260,61
Outras contas a receber	29 535,16	16 454,60
Diferimentos	70 791,48	88 265,14
Outros activos financeiros	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	3 413 842,82	3 015 275,39
	3 522 177,57	3 126 255,74
Total do activo	37 515 585,04	36 728 869,93

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

O Administrador-Delegado João Luís Cabral Picão Caldeira

# BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores em euros

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	2012	2011
Fundos patrimoniais:		
Fundos	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00
Reservas	4 953 712,31	4 769 146,64
Resultados transitados	25 170 028,33	25 170 028,33
Excedentes de revalorização	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00
	30 123 740,64	29 939 174,97
Resultado líquido do período	555 731,63	208 548,78
Total do fundo de capital	30 679 472,27	30 147 723,75
Passivo		
Passivo não corrente:		
Provisões	29 931,46	29 931,46
Provisões específicas	6 316 673,14	6 149 826,22
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00
	6 346 604,60	6 179 757,68
Passivo corrente:		
Fornecedores	152 423,88	95 841,88
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	24 513,42	13 779,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	137 407,06	119 711,20
Financiamentos obtidos	0,00	715,74
Diferimentos	86 547,63	82 650,33
Outras contas a pagar	88 616,18	88 690,15
Outros passivos financeiros	0,00	0,00
	489 508,17	401 388,50
Total do passivo	6 836 112,77	6 581 146,18
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	37 515 585,04	36 728 869,93

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

O Presidente do Conselho de Administração António Manuel Dias Farinha

# DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	2012	2011
Vendas e serviços prestados	315 166,45	311 058,18
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-700 991,45	-811 108,82
Gastos com o pessoal	-671 986,60	-661 865,85
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-21 408,98	-43 622,43
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	-29 931,46
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-145 154,51	-183 376,09
Outras imparidades (perdas/reversões)	8 750,63	-29 188,21
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	2 041 184,53	1 896 896,04
Outros gastos e perdas	-242 875,10	-206 549,70
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	582 684,97	242 311,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-152 102,21	-142 843,36
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos	430 582,76	99 468,30
Juros e rendimentos similares obtidos	125 171,57	109 305,16
Juros e gastos similares suportados	-22,70	-224,68
Resultado antes de impostos	555 731,63	208 548,78
Imposto sobre o rendimento do período		
Resultado líquido do período	555 731,63	208 548,78

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

O Administrador-Delegado João Luís Cabral Picão Caldeira

O Presidente do Conselho de Administração António Manuel Dias Farinha

# DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores em euros

		valores em euros
RÚBRICAS	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes e utentes	450 450 05	
Pagamentos de subsídios	-152 479,03	-147 419,94
Pagamentos de apoios		
Pagamentos de bolsas		
Pagamentos a fornecedores	-521 840,08	-557 624,85
Pagamentos ao pessoal	-354 300,36	-352 503,13
Caixa gerada pelas operações	-1 028 619,47	-1 057 547,92
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-57 032,02	-62 234,40
Outros recebimentos/pagamentos	1 959 118,79	1 921 107,85
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	873 467,30	801 325,53
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-560 914,92	-662 626,63
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	1 100,18	
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	84 937,57	69 454,72
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-474 877,17	-593 171,91
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	-22,70	-224,68
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-22,70	-224,68
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	398 567,43	207 928,94
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 015 275,39	2 807 346,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 413 842,82	3 015 275,39

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

O Administrador-Delegado João Luís Cabral Picão Caldeira O Presidente do Conselho de Administração António Manuel Dias Farinha

#### 31 de Dezembro de 2012 e 2011

# ■ 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Caixa de Previdência do Ministério da Educação tem sede na Praça D. Pedro IV (Rossio), 45 – 3°, 1149-069 Lisboa, tendo a sua criação sido aprovada pelo Decreto nº.12.695, de 19 de Novembro de 1926. Funciona junto deste Ministério e destina-se a assegurar, no caso de morte de qualquer dos seus associados, um subsídio, com carácter de seguro de vida, aos seus herdeiros ou à pessoa ou pessoas para esse efeito designadas pelo sócio nos termos do Estatuto e seus regulamentos, bem como outras modalidades de previdência ou ainda acções de solidariedade social.

A CPME é uma Instituição de Previdência Social, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira e rege-se pelos estatutos aprovados pelo Decreto-Lei nº 35 781 de 5/8/1946 com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis nºs 193/97 de 29 de Julho e 34/2008 de 26 de Fevereiro.

# ■ 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez no ano 2012 de acordo com o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março. Este regime integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que foi adoptado pela CPME a partir do exercício de 2010. O regime especial para as Entidades do Sector não Lucrativo é composto por:

- Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), definidas pelo Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março.
- Modelos de Demonstrações Financeiras para Entidades do Sector não Lucrativo, definidos pela Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março.
- Códigos de Contas específicos para Entidades do Sector não Lucrativo, definidos pela Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março

(de acordo com o definido na Portaria as contas e notas de enquadramento não especificadas por esta são as constantes da Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro).

Dado que o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo se integra no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e a CPME já aplicava as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro por este estipuladas, não houve necessidade de se proceder a qualquer ajustamento de transição, tendo-se unicamente elaborado um balanço de abertura em 1 de Janeiro de 2011, de forma a poder apresentar as demonstrações financeiras de 2011 para fins comparativos com o exercício de 2012.

#### ■ 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

Foi utilizado o custo histórico como critério para preparação das demonstrações financeiras.

# ■ 3.1. Activos fixos tangíveis

Os Activos fixos tangíveis, são valorizados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade. Os custos com manutenção e reparação são adicionados ao valor do bem ou reconhecidos separadamente, caso seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a CPME, caso contrário são reconhecidos como gasto do período.

Relativamente aos edifícios, o custo histórico considerado compreende os montantes das revalorizações efectuadas antes de 2009, tendo sido esse o custo considerado.

Sempre que necessário serão efectuadas reavaliações, sendo os excedentes de revalorização creditados no capital próprio. Quando existam diminuições que compensem os aumentos anteriores, estas são subtraídas ao excedente contabilizado. Foi ainda definido que 25% do valor de cada edifício seja afecto como valor residual, não amortizável.

Os contratos de locação em que a CPME assuma substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado são classificados como locações financeiras, sendo estes contratos registados como activo (valor do activo tangível) e no passivo (valor da dívida) pelo menor entre o justo valor ou o valor actual das

rendas de locação vincendas. Estes activos são depreciados de acordo com a política de depreciação definida para o tipo de activo.

Relativamente às depreciações, foi determinado o uso do método das quotas constantes, utilizando-se imputação decimal do valor da quota calculada. As taxas aplicadas reflectem a vida útil estimada dos bens e são as seguintes:

Edifícios 150 anos Equipamento Administrativo 3 – 10 anos Outros activos fixos tangíveis 10 anos

Os valores residuais dos activos e a vida útil estimada, bem como, se necessário o método de depreciação, serão revistos na data do balanço.

Sempre que existam indícios de que o valor recuperável do activo é inferior ao valor escriturado, são efectuados testes de imparidade, de forma a ajustar o excedente do valor escriturado face ao valor recuperável.

### ■ 3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem os imóveis (terrenos e edifícios) detidos para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas as finalidades, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo considerado (que inclui os excedentes de reavaliação anteriores a 1 de Janeiro de 2009 e os custos de transacção). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo. Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

As propriedades de investimento são registadas de acordo com o modelo de custo, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu custo de produção ou aquisição deduzido de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que a propriedade de investimento se encontra em condições de ser utilizada, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de propriedades de investimento.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício e dos exercícios seguintes. À semelhança do definido para activos fixos tangíveis foi estimada para estas propriedades a vida útil de 150 anos e foi definido igualmente um valor residual, não amortizável, de 25% do valor de cada propriedade.

Apesar de registadas segundo o método do custo, é divulgado anualmente o justo valor das propriedades de investimento.

### ■ 3.3. Imparidade de activos

Sempre que exista evidência de que não seja possível receber a totalidade ou parte de alguma dívida de terceiro, a CPME reconhece uma perda por imparidade no valor do excedente entre o valor apresentado à data do teste de imparidade e o valor descontado a uma taxa de juro efectiva dos fluxos de caixa futuros estimados. No caso de se estimar a perda total do valor, a perda por imparidade compreenderá o valor total em dívida.

Relativamente a outros activos é efectuado o teste de imparidade, sempre que existam indícios de que esta possa existir, sendo o valor desta calculado pela diferença entre a quantia escriturada e o valor recuperável. O valor recuperável é o menor entre o justo valor menos os gastos para venda e o valor de uso. Sempre que tal seja possível, os activos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa para efeitos de cálculo da perda por imparidade.

Os valores de perdas por imparidade são reconhecidos na demonstração de resultados e/ou no capital próprio nos casos em que o activo possua excedentes de revalorização escriturados e até à sua concorrência.

#### ■ 3.4. Provisões matemáticas

As provisões específicas ou matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades subscritas pelos sócios. Os movimentos relativos a estas provisões são reconhecidos na rubrica "Provisões específicas do sector" ou na rubrica "Específicas", consoante se trate, respectivamente, de reforços ou de reversões, utilizando-se para o efeito as subrubricas "Dotação p/ Reservas Matemáticas" ou "Ajuste das Reservas Matemáticas".

No final de cada ano são calculadas de acordo com as seguintes bases técnicas:

Subsídio por Morte (antigo): HM - 3%

Rendas Vitalícias: CR - 3,5% ou CR - 3% (3,5% nas mais antigas e 3% nas mais modernas)

Modalidades introduzidas em 2002, excepto Pensões de Reforma: PM60G - 4%

Pensões de Reforma (modalidade desactivada em 2008): Em formação: PM60G - 4%

Capitais Diferidos com Opção: PP79/82 - 3%

# ■ 3.5. Provisões para outros riscos e encargos

Este tipo de provisão é constituída sempre que a CPME tenha:

- uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado,
- seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e.
- o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

# **■ 3.6. Fundos patrimoniais**

De acordo com o art. 23°, parágrafo 3°, "A Caixa tem uma reserva legal constituída por uma percentagem não inferior a 20% do saldo da conta de gerência", tendo sido reforçada com 28% do resultado líquido do exercício de 2011.

O reforço das restantes reservas é condicionado aos montantes deliberados em Assembleia Geral por proposta do Conselho de Administração.

# ■ 3.7. Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados relativos a locações operacionais são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período da locação.

#### ■ 3.8. Réditos

O rédito proveniente de rendas é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

#### ■ 3.9. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais do instrumento.

Os activos e os passivos financeiros da entidade são classificados ao custo ou custo amortizado.

#### 3.9.1. Clientes e outras contas a receber correntes

As dívidas de terceiros e outras contas a receber correntes são registadas pelo respectivo valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas

contas a receber não incluem qualquer efeito de desconto de juros por não se considerar material o impacto do desconto em créditos concedidos em prazos tão curtos.

As perdas de imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspective um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

### ■ 3.9.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários e outros, vencíveis em ou a menos de seis meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

# ■ 3.9.3. Outros activos e passivos ao custo amortizado

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida e,
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável e,
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes activos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de activos financeiros).

São ainda classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado", sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou

recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

À data de 31 de Dezembro de 2012 os montantes reconhecidos em investimentos financeiros relativos a empréstimos a sócios não incluem qualquer efeito de desconto de juros por não se considerar material o impacto atendendo a que as taxas aplicadas estão em linha com as praticadas no mercado e o efeito do desconto nos montantes em divida não seria relevante.

# **■ 3.10.** Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

#### ■ 3.11. Juízos de valor e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas as principais estimativas realizadas estão relacionadas com o cálculo de imparidades, vidas úteis dos bens do activo fixo tangível e das propriedades de investimento e definição de valores residuais desses mesmos bens.

Relativamente às imparidades, foram reconhecidas perdas relativas a rendas de inquilinos, em todos os casos em que o processo do inquilino transitou para

contencioso e sempre que existiram indícios de grande probabilidade de incobrabilidade, tendo sido monitorizada a cobrança das respectivas rendas.

Relativamente às vidas úteis e valores residuais de imóveis, foi tida em conta a experiência que a CPME tem em relação à manutenção dos imóveis e a consideração da realidade envolvente para determinar os respectivos valores.

#### ■ 4. FLUXOS DE CAIXA

	2012	2011
Caixa	100,00	100,00
Depósitos à Ordem	38 742,82	59 175,39
Depósitos a Prazo	3 375 000,00	2 956 000,00
TOTAIS	3 413 842,82	3 015 275,39

#### ■ 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Edifícios	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2011:				
Valor de aquisição ou reavaliado	2 592 435,40	671 760,36	10 941,79	3 275 137,55
Depreciação Acumulada	-943 776,30	-619 837,36	-10 941,79	-1 574 555,45
Valor líquido	1 648 659,10	51 923,00	0,00	1 700 582,10
31 de Dezembro de 2011:				
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2011	1 648 659,10	51 923,00	0,00	1 700 582,10
Excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	9 575,55	0,00	9 575,55
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates (Valor Aquisição) (1)	-14 705,62	-417 551,31	-10 941,79	-443 198,72
Abates (Valor Amortização Acumulada) (1)	14 705,62	417 551,31	10 941,79	443 198,72
Depreciação do exercício	-6 369,72	-15 937,64	0,00	-22 307,36
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2011	1 642 289,38	45 560,91	0,00	1 687 850,29
31 de Dezembro de 2011:				
Valor de aquisição ou reavaliado	2 577 729,78	263 784,60	0,00	2 841 514,38
Depreciação Acumulada	-935 440,40	-218 223,69	0,00	-1 153 664,09
Valor líquido	1 642 289,38	45 560,91	0,00	1 687 850,29
31 de Dezembro de 2012:				
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2012	1 642 289,38	45 560,91	0,00	1 687 850,29
Excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	31 788,74	22 362,80	0,00	54 151,54
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates (Valor Aquisição) (2)	0,00	-5 283,60	0,00	-5 283,60
Abates (Valor Amortização Acumulada) (2)	0,00	5 283,60	0,00	5 283,60
Depreciação do exercício	-6 543,87	-22 527,82	0,00	-29 071,69
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012	1 667 534,25	45 395,89	0,00	1 712 930,14
31 de Dezembro de 2012:				
Valor de aquisição ou reavaliado	2 609 518,52	280 863,80	0,00	2 890 382,32
Depreciação Acumulada	-941 984,27	-235 467,91	0,00	-1 177 452,18
Valor líquido	1 667 534,25	45 395,89	0,00	1 712 930,14

<sup>(1)</sup> Os valores dizem respeito ao abate de bens cujo período de vida útil terminou até 31/12/2001 e que se encontravam totalmente amortizados, no montante de 443.198,72 euros. (2) Os valores dizem respeito ao abate de equipamento informático totalmente amortizado.

Durante o exercício de 2012 foram realizados, relativos a edifícios, excedentes de revalorização anteriores a 2009 e reflectidos em Resultados transitados no montante de 9.474,26 euros.

#### ■ 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

## ■ 6.1. Rendimentos e gastos do exercício

N.º Imóvel	Localização do Imóvel	Data de Aquisição	Rendimentos Obtidos	Gastos	Saldo do Exercício
1	Rua Nova da Trindade, 1/1- D e L. Chiado, 16/23	20/01/1938	187 158,86	51 720,93	135 437,93
2	Rua dos Correeiros, 8/20	18/03/1938	30 942,00	29 261,58	1 680,42
3	Pr. D.Pedro IV, 45/50 e R.1 ° Dezembro, 66/76	25/06/1938	120 036,00	12 784,90	107 251,10
4	Rua D. Pedro V, 53/57 e R. da Rosa, 254/266	16/08/1938	24 919,99	7 336,14	17 583,85
5	Av. da Liberdade, 1/7 e Rua da Glória, 2-A	18/11/1938	71 213,00	31 770,91	39 442,09
6	Av. Duque de Loulé, 93/95-B	19/08/1939	116 520,00	11 998,48	104 521,52
7	R. 1º Dezembro, 55/65 e Calç. do Carmo, 13/17	18/08/1939	42 442,00	12 021,75	30 420,25
8	Rua de Macau, 12/12-A	29/12/1941	9 084,00	3 508,30	5 575,70
9	Rua do Forno do Tijolo, 10/10-A	29/12/1941	9 595,00	5 101,91	4 493,09
10	Rua Sampaio Pina, 2/14 e R. Castilho, 175/183	28/02/1942	74 549,00	17 486,94	57 062,06
11	Av. Almirante Reis, 250/250- A	19/06/1942	56 193,00	31 385,86	24 807,14
12	Rua Coelho da Rocha, 122	07/07/1942	28 447,88	7 141,65	21 306,23
13	Rua Augusto José Vieira, 26	18/07/1942	19 292,00	1 244,77	18 047,23
14	Rua Augusto José Vieira, 28	18/07/1942	6 543,50	14 393,59	-7 850,09
15	Av. Defensores de Chaves, 36	16/10/1942	63 073,50	9 956,16	53 117,34
16	Av. de Berna, 27/27-A	27/12/1943	32 316,00	13 324,58	18 991,42
17	Rua das Praças, 13-B/13-C	07/01/1944	28 981,14	10 841,77	18 139,37
18	Av. Almirante Reis, 225/225-B	29/01/1945	22 030,00	22 093,26	-63,26
19	Av. Visconde Valmor, 75/75-B	27/02/1945	54 173,00	18 792,29	35 380,71
20	Travessa do Sequeiro, 4/4-B	12/02/1945	6 261,00	1 568,09	4 692,91
21	Rua Capitão Renato Baptista, 27/27-A	01/08/1946	20 258,50	11 072,87	9 185,63
22	Calçada Palma de Baixo, 9	05/08/1946	33 893,00	9 256,30	24 636,70
23	Rua D. João V, 14/14-A	27/01/1947	30 638,20	2 360,57	28 277,63
24	R. Braamcamp Freire, 36/36A, R. David Lopes, 14	09/10/1947	35 123,50	5 723,15	29 400,35
25	Rua Tenente Espanca, 26/26-C	11/09/1948	24 830,00	8 309,34	16 520,66
26	Rua Luís Augusto Palmeirim, 6/6-E	13/12/1949	37 401,00	26 640,80	10 760,20
27	Rua José d´Esaguy,10/10-D	05/12/1949	48 056,00	5 649,91	42 406,09
28	Rebelva - Carcavelos	28/05/1951	4 125,00	118,36	4 006,64
29	Rua Victor Córdon, 8/12	17/07/1953	107 669,50	10 153,61	97 515,89
30	Rua D. Estefânia, 195/195-D	24/02/1956	145 967,00	17 788,89	128 178,11
31	Av. Estados Unidos da América, 52/52-A	13/02/1959	70 226,00	19 191,42	51 034,58
32	Av. Estados Unidos da América, 113/113-A	03/03/1959	77 231,00	19 096,64	58 134,36
33	Av. Estados Unidos da América, 40/40-A	19/10/1959	50 919,00	28 589,50	22 329,50
34	Av. Estados Unidos da América, 38/38-A	10/04/1959	73 778,16	16 654,67	57 123,49
35	Av. Estados Unidos da América, 130/130-B	12/12/1958	111 250,50	16 868,74	94 381,76
36	Av. Estados Unidos da América, 123	17/07/1959	44 090,71	52 489,42	-8 398,71
37	Alameda Santo António dos Capuchos, 4/4-C	31/08/1972	40 464,00	14 199,90	26 264,10
38	R. Ferreira Lapa, 29/29-B, R. Conde Redondo, 18	08/05/1972	16 380,00	5 843,90	10 536,10
39	Av. E. U. A., 63 e R. Cor. Bento Roma, 18/18-B	02/06/1972	53 820,00	8 323,74	45 496,26
	TOTAIS		2 029 891,94	592 065,59	1 437 826,35

As propriedades estão mensuradas pelo valor de custo, incluindo os excedentes de revalorização existentes a 1 de Janeiro de 2009.

■ 6.2. Valorização das propriedades

	= 0	.2. Valorizaça 1 de Janeiro					
N° Imóvel	Valor de aquisição ou reavaliado	Depreciação Acumulada	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido	Valorização por obras	Execedentes de revalorização	
1	3 111 996,84	-958 738,59	0,00	2 153 258,25	0,00	0,00	
2	760 300,50	-295 805,48	0,00	464 495,02	0,00	0,00	
3	419 944,82	-163 120,87	0,00	256 823,95	0,00	0,00	
4	817 835,59	-341 474,54	0,00	476 361,05	52 841,35	0,00	
5	2 294 643,60	-1 010 084,72	0,00	1 284 558,88	75 667,07	0,00	
6	2 008 767,45	-855 507,74	0,00	1 153 259,71	62 445,39	0,00	
7	1 225 293,92	-520 941,83	0,00	704 352,09	0,00	0,00	
8	386 363,51	-160 971,44	0,00	225 392,07	0,00	0,00	
9	682 983,60	-294 302,38	0,00	388 681,22	0,00	0,00	
10	1 875 872,82	-549 060,58	0,00	1 326 812,24	0,00	0,00	
11	1 187 239,20	-339 799,08	0,00	847 440,12	0,00	0,00	
12	527 438,44	-229 347,68	0,00	298 090,76	0,00	0,00	
13	214 021,62	-94 767,69	0,00	119 253,93	0,00	0,00	
14	218 291,52	-96 642,11	0,00	121 649,41	0,00	0,00	
15	1 367 663,10	-556 585,44	0,00	811 077,66	19 864,99	0,00	
16	911 290,94	-299 179,29	0,00	612 111,65	0,00	0,00	
17	961 094,88	-331 504,36	0,00	629 590,52	31 549,50	0,00	
18	571 869,64	-216 239,10	0,00	355 630,54	0,00	0,00	
19	626 584,69	-252 552,98	0,00	374 031,71	0,00	0,00	
20	493 003,83	-207 412,00	0,00	285 591,83	0,00	0,00	
21	797 557,49	-267 799,86	0,00	529 757,63	0,00	0,00	
22	799 169,80	-196 466,51	0,00	602 703,29	0,00	0,00	
23	1 193 592,96	-444 861,96	0,00	748 731,00	0,00	0,00	
24	786 314,51	-281 494,30	0,00	504 820,21	0,00	0,00	
25	1 414 594,33	-552 687,15	0,00	861 907,18	0,00	0,00	
26	666 916,83	-235 670,76	0,00	431 246,07	0,00	0,00	
27	449 359,86	-161 646,97	0,00	287 712,89	32 837,81	0,00	
28	191 609,76	-76 934,41	0,00	114 675,35	0,00	0,00	
29	1 131 544,90	-369 444,96	0,00	762 099,94	0,00	0,00	
30	2 434 160,13	-771 043,80	0,00	1 663 116,33	0,00	0,00	
31	932 649,15	-260 310,90	0,00	672 338,25	0,00	0,00	
32	1 217 974,06	-272 699,17	0,00	945 274,89	0,00	0,00	
33	1 102 548,06	-299 044,80	0,00	803 503,26	0,00	0,00	
34	1 051 454,41	-286 309,59	0,00	765 144,82	0,00	0,00	
35	1 614 540,05	-476 961,46	0,00	1 137 578,59	0,00	0,00	
36	940 804,99	-286 566,15	0,00	654 238,84	58 257,72	0,00	
37	2 244 459,54	-526 473,99	0,00	1 717 985,55	0,00	0,00	
38	3 856 336,92	-917 224,59	0,00	2 939 112,33	0,00	0,00	
39	3 247 538,45	-768 746,61	0,00	2 478 791,84	0,00	0,00	
	46 735 626,71	-15 226 425,84	0,00	31 509 200,87	333 463,83	0,00	

Exercício 2	011				
Perdas por imparidade do exercício	Transferências	Depreciação do exercício	Depreciação Acumulada	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido em 31/12/2011
0,00	0,00	-10 282,56	-969 021,15	0,00	2 142 975,69
0,00	0,00	-1 708,80	-297 514,28	0,00	462 786,22
0,00	0,00	-944,16	-164 065,03	0,00	255 879,79
0,00	0,00	-1 559,84	-343 034,38	0,00	527 642,56
0,00	0,00	-3 792,92	-1 013 877,64	0,00	1 356 433,03
0,00	0,00	-3 492,12	-858 999,86	0,00	1 212 212,98
0,00	0,00	-2 141,52	-523 083,35	0,00	702 210,57
0,00	0,00	-696,48	-161 667,92	0,00	224 695,59
0,00	0,00	-1 110,72	-295 413,10	0,00	387 570,50
0,00	0,00	-6 241,80	-555 302,38	0,00	1 320 570,44
0,00	0,00	-4 029,00	-343 828,08	0,00	843 411,12
0,00	0,00	-826,20	-230 173,88	0,00	297 264,56
0,00	0,00	-314,40	-95 082,09	0,00	118 939,53
0,00	0,00	-320,88	-96 962,99	0,00	121 328,53
0,00	0,00	-2 656,48	-559 241,92	0,00	828 286,17
0,00	0,00	-2 581,08	-301 760,37	0,00	609 530,57
0,00	0,00	-2 661,96	-334 166,32	0,00	658 478,06
0,00	0,00	-1 255,20	-217 494,30	0,00	354 375,34
0,00	0,00	-1 188,12	-253 741,10	0,00	372 843,59
0,00	0,00	-831,36	-208 243,36	0,00	284 760,47
0,00	0,00	-2 112,84	-269 912,70	0,00	527 644,79
0,00	0,00	-2 956,56	-199 423,07	0,00	599 746,73
0,00	0,00	-2 634,12	-447 496,08	0,00	746 096,88
0,00	0,00	-1 853,64	-283 347,94	0,00	502 966,57
0,00	0,00	-2 772,12	-555 459,27	0,00	859 135,06
0,00	0,00	-1 568,52	-237 239,28	0,00	429 677,55
0,00	0,00	-1 024,80	-162 671,77	0,00	319 525,90
0,00	0,00	-341,52	-77 275,93	0,00	114 333,83
0,00	0,00	-2 886,96	-372 331,92	0,00	759 212,98
0,00	0,00	-6 291,00	-777 334,80	0,00	1 656 825,33
0,00	0,00	-2 694,72	-263 005,62	0,00	669 643,53
0,00	0,00	-4 201,08	-276 900,25	0,00	941 073,81
0,00	0,00	-3 252,00	-302 296,80	0,00	800 251,26
0,00	0,00	-3 105,72	-289 415,31	0,00	762 039,10
0,00	0,00	-4 404,12	-481 365,58	0,00	1 133 174,47
0,00	0,00	-2 463,36	-289 029,51	0,00	710 033,20
0,00	0,00	-6 596,28	-533 070,27	0,00	1 711 389,27
0,00	0,00	-11 245,20	-928 469,79	0,00	2 927 867,13
0,00	0,00	-9 495,84	-778 242,45	0,00	2 469 296,00
0,00	0,00	-120 536,00	-15 346 961,84	0,00	31 722 128,70

■ 6.2. Valorização das propriedades

	= 0	.2. vaiorizaça					
		1 de Janeiro	de 2012				
N° Imóvel	Valor de aquisição ou reavaliado	Depreciação Acumulada	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido	Valorização por obras	Execedentes de revalorização	
1	3 111 996,84	-969 021,15	0,00	2 142 975,69	0,00	0,00	
2	760 300,50	-297 514,28	0,00	462 786,22	0,00	0,00	
3	419 944,82	-164 065,03	0,00	255 879,79	0,00	0,00	
4	870 676,94	-343 034,38	0,00	527 642,56	0,00	0,00	
5	2 370 310,67	-1 013 877,64	0,00	1 356 433,03	0,00	0,00	
6	2 071 212,84	-858 999,86	0,00	1 212 212,98	34 448,02	0,00	
7	1 225 293,92	-523 083,35	0,00	702 210,57	0,00	0,00	
8	386 363,51	-161 667,92	0,00	224 695,59	0,00	0,00	
9	682 983,60	-295 413,10	0,00	387 570,50	0,00	0,00	
10	1 875 872,82	-555 302,38	0,00	1 320 570,44	0,00	0,00	
11	1 187 239,20	-343 828,08	0,00	843 411,12	42 189,00	0,00	
12	527 438,44	-230 173,88	0,00	297 264,56	0,00	0,00	
13	214 021,62	-95 082,09	0,00	118 939,53	0,00	0,00	
14	218 291,52	-96 962,99	0,00	121 328,53	0,00	0,00	
15	1 387 528,09	-559 241,92	0,00	828 286,17	0,00	0,00	
16	911 290,94	-301 760,37	0,00	609 530,57	0,00	0,00	
17	992 644,38	-334 166,32	0,00	658 478,06	0,00	0,00	
18	571 869,64	-217 494,30	0,00	354 375,34	0,00	0,00	
19	626 584,69	-253 741,10	0,00	372 843,59	0,00	0,00	
20	493 003,83	-208 243,36	0,00	284 760,47	0,00	0,00	
21	797 557,49	-269 912,70	0,00	527 644,79	0,00	0,00	
22	799 169,80	-199 423,07	0,00	599 746,73	0,00	0,00	
23	1 193 592,96	-447 496,08	0,00	746 096,88	0,00	0,00	
24	786 314,51	-283 347,94	0,00	502 966,57	0,00	0,00	
25	1 414 594,33	-555 459,27	0,00	859 135,06	36 211,44	0,00	
26	666 916,83	-237 239,28	0,00	429 677,55	0,00	0,00	
27	482 197,67	-162 671,77	0,00	319 525,90	15 685,70	0,00	
28	191 609,76	-77 275,93	0,00	114 333,83	0,00	0,00	
29	1 131 544,90	-372 331,92	0,00	759 212,98	0,00	0,00	
30	2 434 160,13	-777 334,80	0,00	1 656 825,33	0,00	0,00	
31	932 649,15	-263 005,62	0,00	669 643,53	0,00	0,00	
32	1 217 974,06	-276 900,25	0,00	941 073,81	0,00	0,00	
33	1 102 548,06	-302 296,80	0,00	800 251,26	0,00	0,00	
34	1 051 454,41	-289 415,31	0,00	762 039,10	0,00	0,00	
35	1 614 540,05	-481 365,58	0,00	1 133 174,47	31 362,15	0,00	
36	999 062,71	-289 029,51	0,00	710 033,20	84 404,12	0,00	
37	2 244 459,54	-533 070,27	0,00	1 711 389,27	0,00	0,00	
38	3 856 336,92	-928 469,79	0,00	2 927 867,13	103 418,15	0,00	
39	3 247 538,45	-778 242,45	0,00	2 469 296,00	0,00	0,00	
	47 069 090,54	-15 346 961,84	0,00	31 722 128,70	347 718,58	0,00	

Durante o exercício de 2012 foram realizados, relativos às propriedades de investimento, excedentes de revalorização anteriores a 2009 e reflectidos em Resultados transitados no montante de 104.499,85 euros.

Exercício 2	012				
Perdas por imparidade do exercício	Transferências	Depreciação do exercício	Depreciação Acumulada	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido em 31/12/2012
0,00	0,00	-10 282,56	-979 303,71	0,00	2 132 693,13
0,00	0,00	-1 708,80	-299 223,08	0,00	461 077,42
0,00	0,00	-944,16	-165 009,19	0,00	254 935,63
0,00	0,00	-1 909,20	-344 943,58	0,00	525 733,36
0,00	0,00	-4 152,00	-1 018 029,64	0,00	1 352 281,03
0,00	0,00	-3 967,76	-862 967,62	0,00	1 242 693,24
0,00	0,00	-2 141,52	-525 224,87	0,00	700 069,05
0,00	0,00	-696,48	-162 364,40	0,00	223 999,11
0,00	0,00	-1 110,72	-296 523,82	0,00	386 459,78
0,00	0,00	-6 241,80	-561 544,18	0,00	1 314 328,64
0,00	0,00	-4 248,72	-348 076,80	0,00	881 351,40
0,00	0,00	-826,20	-231 000,08	0,00	296 438,36
0,00	0,00	-314,40	-95 396,49	0,00	118 625,13
0,00	0,00	-320,85	-97 283,84	0,00	121 007,68
0,00	0,00	-2 737,32	-561 979,24	0,00	825 548,85
0,00	0,00	-2 581,08	-304 341,45	0,00	606 949,49
0,00	0,00	-2 733,24	-336 899,56	0,00	655 744,82
0,00	0,00	-1 255,20	-218 749,50	0,00	353 120,14
0,00	0,00	-1 188,12	-254 929,22	0,00	371 655,47
0,00	0,00	-831,36	-209 074,72	0,00	283 929,11
0,00	0,00	-2 112,84	-272 025,54	0,00	525 531,95
0,00	0,00	-2 956,56	-202 379,63	0,00	596 790,17
0,00	0,00	-2 634,12	-450 130,20	0,00	743 462,76
0,00	0,00	-1 853,64	-285 201,58	0,00	501 112,93
0,00	0,00	-2 810,96	-558 270,23	0,00	892 535,54
0,00	0,00	-1 568,52	-238 807,80	0,00	428 109,03
0,00	0,00	-1 335,00	-164 006,77	0,00	333 876,60
0,00	0,00	-341,52	-77 617,45	0,00	113 992,31
0,00	0,00	-2 886,96	-375 218,88	0,00	756 326,02
0,00	0,00	-6 291,00	-783 625,80	0,00	1 650 534,33
0,00	0,00	-2 694,72	-265 700,34	0,00	666 948,81
0,00	0,00	-4 201,08	-281 101,33	0,00	936 872,73
0,00	0,00	-3 252,00	-305 548,80	0,00	796 999,26
0,00	0,00	-3 105,72	-292 521,03	0,00	758 933,38
0,00	0,00	-4 404,12	-485 769,70	0,00	1 160 132,50
0,00	0,00	-3 009,28	-292 038,79	0,00	791 428,04
0,00	0,00	-6 596,28	-539 666,55	0,00	1 704 792,99
0,00	0,00	-11 288,87	-939 758,66	0,00	3 019 996,41
0,00	0,00	-9 495,84	-787 738,29	0,00	2 459 800,16
0,00	0,00	-123 030,52	-15 469 992,36	0,00	31 946 816,76

# ■ 7. DIVULGAÇÃO DE VALORES DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Os imóveis foram avaliados por perito avaliador. Para efeitos de avaliação foi utilizado como critério de cálculo, o preço por metro quadrado de reconstrução a vigorar em 2012, fixado pela Portaria n.º 291/2011.

Todas as avaliações dos imóveis encontram-se inscritas no quadro abaixo:

N°	CARACTERIZAÇÃO	ÁREA TOTAL (m²)	VALOR UNITÁRIO (€/m²)	VALOR DA AVALIAÇÃO (€)
1	Rua Nova da Trindade, 1/1 D e Largo do Chiado, 16/23	4 440,00	767,42	3 407 344,80
2	Rua dos Correeiros, 8/20	1 350,00	767,42	1 036 017,00
3	Praça D.Pedro IV, 45/50 e Rua 1 $^{\circ}$ de Dezembro, 66/76	2 190,00	767,42	1 680 649,80
4	Rua D. Pedro V, 53/57 e Rua da Rosa 254/266	2 468,00	767,42	1 893 992,56
5	Av. da Liberdade, 1/7 e Rua da Glória, 2 A	3 275,00	767,42	2 513 300,50
6	Av. Duque de Loulé, 93/95 B	4 498,00	767,42	3 451 855,16
7	Rua 1º de Dezembro, 55/65 e Calçada do Carmo, 13/17	3 008,00	767,42	2 308 399,36
8	Rua de Macau, 12/12 A	809,00	767,42	620 842,78
9	Rua do Forno do Tijolo, 10/10 A	1 750,00	767,42	1 342 985,00
10	Rua Sampaio Pina, 2/14 e Rua Castilho, 175/183	3 059,00	767,42	2 347 537,78
11	Av. Almirante Reis, 250/250 A	2 319,00	767,42	1 779 646,98
12	Rua Coelho da Rocha, 122	936,00	767,42	718 305,12
13	Rua Augusto José Vieira, 26	640,00	767,42	491 148,80
14	Rua Augusto José Vieira, 28	640,00	767,42	491 148,80
15	Av. Defensores de Chaves, 36	2 420,00	767,42	1 857 156,40
16	Av. de Berna, 17/17 A	1 355,00	767,42	1 039 854,10
17	Rua das Praças, 13 B/13 C	3 636,00	767,42	2 790 339,12
18	Av. Almirante Reis, 225/225 B	1 104,00	767,42	847 231,68
19	Av. Visconde Valmor, 75/75 B	1 230,00	767,42	943 926,60
20	Travessa do Sequeiro, 4/4 B	561,00	767,42	430 522,62
21	Rua Capitão Renato Baptista, 27/27 A	675,00	767,42	518 008,50
22	Calçada da Palma de Baixo, 9	1 300,00	767,42	997 646,00
23	Rua D. João V, 14/14 A	1 428,00	767,42	1 095 875,76
24	Rua Braamcamp Freire, 36/36 A e Rua David Lopes, 14	1 000,00	767,42	767 420,00
25	Rua Tenente Espanca, 26/26 C	1 170,00	767,42	897 881,40
26	Rua Luís Augusto Palmeirim, 6/6 E	1 268,00	767,42	973 088,56
27	Rua José de d'Esaguy, 10/10 D	984,00	767,42	755 141,28
28	Rebelva - Carcavelos	1 200,00	767,42	920 904,00
29	Rua Victor Córdon, 8/12	1 760,00	767,42	1 350 659,20
30	Rua D. Estefânia, 195/195 D	3 500,00	767,42	2 685 970,00
31	Av. Estados Unidos da América, 52/52 A	1 860,00	767,42	1 427 401,20
32	Av. Estados Unidos da América, 113/113 A	2 070,00	767,42	1 588 559,40
33	Av. Estados Unidos da América, 40/40 A	2 800,00	767,42	2 148 776,00
34	Av. Estados Unidos da América, 38/38 A	2 760,00	767,42	2 118 079,20
35	Av. Estados Unidos da América, 130/130 A	4 927,00	767,42	3 781 078,34
36	Av. Estados Unidos da América, 123	2 550,00	767,42	1 956 921,00
37	Alameda Santo António dos Capuchos, 4/4 C	2 215,00	767,42	1 699 835,30
38	Rua Ferreira Lapa, 29/29 B e Rua Conde Redondo, 18	2 850,00	767,42	2 187 147,00
39	Av. EUA, 63 e Rua Coronel Bento Roma, 18/18 B	3 432,00	767,42	2 633 785,44
_	Centro de Férias, Foz do Arelho - Ed.8	410,00	670,84	275 044,40
	Centro de Férias, Foz do Arelho - Ed.9	410,00	670,84	275 044,40
	TOTAL	82 257,00		63 046 471,34

#### ■ 8. IMPARIDADE DE ACTIVOS

	Perdas	Perdas do	Exercício	Reversões do	Exercício		Perdas
	Acumuladas em 1/1/2012	Em Gastos	No Capital Próprio	Em Rendimentos	No Capital Próprio	Utilização Ajustamentos Constituídos	Acumuladas em 31/12/2012
Empréstimos a Sócios(1)	92 436,93	5 648,68	0,00	4 594,70	0,00	1 014,77	92 476,14
Dívidas de Inquilinos(1)	111 786,95	33 827,00	0,00	13 472,00	0,00	19 648,08	112 493,87
Investimentos Financeiros(2)	61 432,76	0,00	0,00	8 750,63	0,00	0,00	52 682,13
Propriedades Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos Fixos Tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<sup>(1)</sup> A utilização de ajustamentos diz respeito a dívidas consideradas incobráveis em processos judiciais ou extra-judiciais. (2) Ver nota 12.

# ■ 9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

# ■ 9.1. Provisões específicas

Modalidades	2011	2012	Variação	Utiliz. de reservas	Rateio de 2011	Reforço/ Dim. 2012
Subsídios por Morte	5 243 195,01	5 262 126,19	18 931,18	0,00	18 177,56	753,62
Rendas Vitalícias	134 377,20	140 346,73	5 969,53	2 290,70	3 128,23	5 132,00
Novas Modalidades						
Seguro de Vida Inteira	72 069,56	81 696,04	9 626,48	0,00	0,00	9 626,48
Seguro de Pensões Reforma	100 202,07	119 060,12	18 858,05	0,00	0,00	18 858,05
Seguro de Reforma	296 526,97	365 103,12	68 576,15	0,00	0,00	68 576,15
Seguro de Prosseguimento de Estudos	36 601,34	17 043,65	-19 557,69	0,00	0,00	-19 557,69
Seguro de Maioridade	23 033,85	25 859,05	2 825,20	0,00	0,00	2 825,20
Seguro de Lazer	222 255,29	280 780,92	58 525,63	0,00	0,00	58 525,63
Capitais Diferidos com Opção	2 422,81	2 495,10	72,29	0,00	0,00	72,29
Melhorias - Novas Modalidades						
Seguro de Vida Inteira	2 770,89	3 105,03	334,14	0,00	259,46	74,68
Pensões de Reforma	2 904,25	3 424,91	520,66	0,00	357,46	163,20
Seguro de Reforma	6 568,80	7 974,72	1 405,92	0,00	1 050,80	355,12
Seguro Prosseguimento de Estudos	995,35	667,29	-328,06	0,00	130,34	-458,40
Seguro de Maioridade	700,78	808,31	107,53	0,00	82,29	25,24
Seguro de Lazer	5 184,97	6 155,66	970,69	0,00	788,51	182,18
Capitais Diferidos com Opção	17,08	26,30	9,22	0,00	8,46	0,76
Total	6 149 826,22	6 316 673,14	166 846,92	2 290,70	23 983,11	145 154,51

Os movimentos relativos a estas provisões são reconhecidos na rubrica "Provisões específicas do sector" na subrubrica "Provisões Matemáticas para Encargos com Modalidades dos Associados".

#### ■ 9.2. Outras provisões

Em 31/12/2012 a CPME tinha dois processos judiciais em curso em que se justificou a constituição de provisões. Num dos casos foi constituída provisão relativa a um processo judicial que lhe foi movido pedindo uma indemnização por lucros cessantes relativos a paralisação da laboração da entidade que moveu o processo devido a um sinistro ocorrido num dos prédios do qual a CPME é proprietária, sendo o valor provisionado igual ao do valor reclamado, que totaliza o montante de 21.538,28 euros.

A outra provisão constituída diz respeito a um processo intentado contra a CPME por alegado incumprimento de contrato de prestação de serviços, cujo valor de indemnização pedido, no total de 8.393,18 euros, foi provisionado na totalidade.

## ■ 10. IMPOSTOS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES A PAGAR AO ESTADO

#### ■ 10.1. Discriminação de valores em dívida

	31/12	2/2012	31/12	/2011
	Total em dívida	Dívidas em atraso	Total em dívida	Dívidas em atraso
Retenções de IRS				
Trabalho dependente	6 322,00	0,00	2 991,00	0,00
Trabalho independente	931,17	0,00	1 015,47	0,00
	7 253,17	0,00	4 006,47	0,00
Contribuições Segurança Social				
Centro Regional Seg. Social Lisboa e Vale do Tejo	17 260,25	0,00	9 772,73	0,00
	17 260,25	0,00	9 772,73	0,00

#### ■ 10.2 Imposto sobre o rendimento

A CPME beneficia de isenções fiscais, resultantes principalmente do art. 25° do seu estatuto, sem prejuízo das isenções específicas, objectiva e subjectivamente, previstas nas legislações próprias de cada imposto, sendo o imposto sobre o rendimento abrangido pelo âmbito destas isenções.

#### ■ 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### ■ 11.1. Títulos da Dívida Pública

A CPME detém como investimento financeiro, Títulos da Dívida Pública que são valorizados ao Custo de Aquisição deduzido de perdas por imparidade. No final de cada exercício, conforme cotação oficial à data de 31 de Dezembro, é verificado se existe alguma imparidade ou sua reversão e efectuado o respectivo ajustamento do valor das perdas por imparidade reconhecidas por contrapartida de gastos ou rendimentos do exercício, quer se trate do aumento das perdas por imparidade ou de uma diminuição, respectivamente.

Os valores dos Títulos da Dívida Pública existentes em 31 de Dezembro de 2012, bem como a sua cotação encontram-se inscritos no quadro seguinte:

#### TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Banco	Natureza	N° dos Certificados	Ano de Aquisição	Quant.	V. Nominal Unitário	Montante Valor Nominal
CGD	Consolidado 4% - 1940	702	1940	675	9,98	6 733,77
CGD	Consolidado 3% - 1942	233	1943	13 573	4,99	67 701,84
	TOTAL					74 435,61

#### (Continuação)

N .	Valor de	Compra	Valor de	Mais e			
Natureza	Preço Médio	Valor Total	Preço %	V. Nominal	Valor Total	Menos Valias	
Consolidado 4% - 1940	8,43	5 692,87	30,00%	2,99	2 020,13	-3 672,74	
Consolidado 3% - 1942	4,96	67 356,59	27,10%	1,35	18 347,20	-49 009,39	
TOTAL		73 049,46			20 367,33	-52 682,13	

Provisão para Flutuação de Valores - Papéis de Crédito				
Provisão para flutuação de valores em 31/12/2011	61 432,76			
Diminuição da provisão no exercício	-8 750,63			
Provisão para flutuação de valores em 31/12/2012	52 682,13			

#### ■ 11.2. Empréstimos aos sócios

Os empréstimos aos sócios concedidos ao abrigo do normativo da CPME, nomeadamente o seu Estatuto, regulamento Estatutário e Normas Internas são destinados a:

- Compra ou construção de casa própria,
- Obras em casa própria,
- Apoio à família (compreende os empréstimos para cuidados de saúde, aquisição de equipamento educativo e profissional e bolsas de estudo).

Os juros aplicáveis a cada um destes tipos de empréstimos são deliberados pelo Conselho de Administração, sendo as respectivas taxas e condições específicas inscritas nos regulamentos de cada modalidade de empréstimo. As taxas de juro poderão ser alteradas tendo em conta as condições de mercado e a sua evolução.

Durante o exercício de 2012 os juros praticados variaram entre os 5% para os empréstimos de apoio à família e os 5,5% para os empréstimos relativos a construção, compra e obras em habitações permanentes e os 6% para não permanentes. As taxas não são indexadas e sobre elas não acresce qualquer spread.

Os empréstimos aos sócios são valorizados ao custo amortizado, sendo que em 31 de Dezembro de 2012 os montantes reconhecidos não incluem qualquer efeito de desconto de juros, dado que as taxas aplicadas estão alinhadas com o mercado, tal como referido na Nota 3.9.3.

#### ■ 11.3. Discriminação de activos financeiros

11.5. Discriminação de detivos inflanceiros							
		31/12/2012				31/12/2011	
	Custo/custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida es- criturada		Custo/custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida es- criturada
Activos não correntes							
Participações financeiras - outros métodos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Accionistas / sócios	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Outros activos financeiros	386 342,70	52 682,13	333 660,57		254 067,96	61 432,76	192 635,20
	386 342,70	52 682,13	333 660,57		254 067,96	61 432,76	192 635,20
Activos correntes							
Clientes							
Adiantamentos a fornecedores							_
Accionistas / sócios	100 484,25	92 476,14	8 008,11		98 697,54	92 436,93	6 260,61
Outras contas a receber	142 029,03	112 493,87	29 535,16		128 241,55	111 786,95	16 454,60
Activos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Outros activos financeiros	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	242 513,28	204 970,01	37 543,27		226 939,09	204 223,88	22 715,21

#### ■ 11.4. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Da análise aos riscos relativos a instrumentos financeiros, nomeadamente os riscos de crédito e de liquidez, chega-se à conclusão que estes não são materialmente relevantes, uma vez que não existem dívidas em mora relativamente às quais não haja a expectativa de recebimento no exercício seguinte e todas as imparidades calculadas reflectem a totalidade dos créditos sobre os quais incidem, estando portanto os valores inscritos no quadro acima.

Relativamente à análise de risco efectuada sobressaem os valores de empréstimos concedidos a sócios para aquisição de habitação ou para obras, discriminando-se abaixo os processos em curso relativos a estes tipos de empréstimos à data de 31/12/2012.

N°.de ordem	Garantia do empréstimo	Avalição do imóvel €	Valor do empréstimo €	Prazo do empréstimo (anos)	Início do empréstimo Data/escritura	Início da amortização 1 ª Prestação	Última prestação
1	Hipoteca	88 500,00	49.879,79	10	12/11/2002	01/05/2003	01/04/2013
2	Hipoteca	130.000,00	15.000,00	13	12/10/2004	01/03/2005	01/02/2018
3	Hipoteca	91.300,00	70.000,00	15	09/12/2010	21/12/2011	01/11/2026
4	Hipoteca	65.841,32	39.903,83	20	24/01/1996	25/11/1997	01/09/2017
5	Hipoteca	72.425,45	29.927,87	20	24/01/1996	27/01/1998	01/11/2017
6	Hipoteca	47.545,41	39.903,83	20	28/05/1998	28/05/1998	01/05/2018
7	Hipoteca	99.759,57	34.915,85	20	16/11/2001	01/12/2001	01/11/2021
8	Hipoteca	178 687,86	165 000,00	20	06/12/2012	06/12/2012	01/11/2032

#### ■ 12. ÓRGÃOS SOCIAIS

#### ■ 12.1. Composição dos órgãos sociais

Dos órgãos sociais da CPME são compostos pela Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A composição desses órgãos é a seguinte:

## a) Mesa da Assembleia Geral

Um Presidente, dois Secretários Efectivos e um Secretário Suplente.

## b) Conselho de Administração

Um Presidente, um Vice-Presidente, um Administrador-Delegado, um Administrador-Delegado Substituto, um Vogal Secretário e um Vogal Suplente.

#### c) Conselho Fiscal

Um Presidente, dois Vogais Efectivos e dois Vogais Suplentes.

Durante o exercício de 2012 nenhum membro dos órgãos sociais auferiu qualquer remuneração.

# ■ 13. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### ■ 13.1. Pessoal ao serviço

Pessoal	31/12/2011	Entradas	Saídas	31/12/2012
Funcionários	22	0	1	21
Avençados	4	0	0	4
Porteiras	23	1	2	22

# ■ 13.2. Discriminação de valores das principais rubricas de balanço

■ 13.2.1. Desagregação de valores do exercício

13.2.1. Desagregação de vaio		2011
Ashing fine tensionis	2012	2011
Activos fixos tangiveis: Edifícios e Outras Construções	1 667 534,25	1 642 289,38
Equipamento Administrativo - Móveis e Utensílios	22 396,82	25 165,78
Equipamento Administrativo - Material Informático	22 106,12	19 073,72
Equipamento Administrativo - Material Cozinha e Refeitório	892,95	1 321,41
Outros	0,00	0,00
Totais	1 712 930,14	1 687 850,29
Propriedades de investimento:	0.201.707.00	0 201 707 00
Terrenos (25%) Edificios e Outras Construções (75%)	9 281 383,89	9 281 383,89 13 224 075,07
Edificios e Outras Construções (75%) Edificios e Outras Construções (Reparações)	13 224 075,07 9 441 357,80	9 216 669,74
Totais	,	31 722 128,70
Outros investimentos financeiros:	0.0.0.0,.0	01 111 110,10
Empréstimos sob Hipotecas para Habitação	223 443,78	71 820,18
Empréstimos sob Hipotecas para Obras	76 580,30	87 404,22
Empréstimos de Apoio à Família	13 269,16	21 794,10
Empréstimos sobre Reservas Matemáticas	0,00	0,00
Empréstimos sobre Quotas Pagas	0,00	0,00
Títulos da Dívida Pública e Outros	20 367,33	11 616,70
Totais Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m	•	192 635,20
Sócios - Quotas Novas Modalidades	2 112,64	2 285,66
Sócios - Quotas e Jóias por Cobrar	3 427,27	3 810,07
Sócios - Conta Corrente	0,00	0,00
Sócios - Prestações de Empréstimos Habitação Vencidas	1 622,52	0,00
Sócios - Prestações de Empréstimos Obras Vencidas	0,00	0,00
Sócios - Prestações de Empréstimos Apoio à Família	845,68	164,88
Sócios - Prestações de Empréstimos sobre Reservas Matemáticas	0,00	0,00
Sócios - Prestações de Empréstimos sobre Quotas Pagas	0,00	0,00
Sócios - Cobrança Duvidosa  Totais	0,00 <b>8 008,11</b>	0,00 <b>6 260,61</b>
Outras contas a receber:	0 000,11	0 200,01
Rendas de Imóveis por Cobrar	3 597,00	3 341,00
Devedores Duvidosos - Processos de Rendas de Inquilinos	0,00	0,00
Outras	25 938,16	13 113,60
Totais	29 535,16	16 454,60
Reservas: Reservas legais	1 326 641,25	1 268 247,59
Reserva para Assistência Social	294 323,80	294 323,80
Reserva Extraordinária	2 134 220,44	2 071 655,81
Reserva Extraordinária para Beneficiação de Imóveis	1 198 526,82	1 134 919,44
Totais		4 769 146,64
Provisões específicas:		
Subsídios por Morte	5 262 126,19	5 243 195,01
D 1 17: 12:		
Rendas Vitalícias	140 346,73	
Seguro de Vida Inteira	140 346,73 84 801,07	134 377,20 74 840,45
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma	140 346,73 84 801,07 122 485,03	74 840,45 103 106,32
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma Seguro de Reforma	140 346,73 84 801,07 122 485,03 373 077,84	74 840,45 103 106,32 303 095,77
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma Seguro de Reforma Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação	140 346,73 84 801,07 122 485,03 373 077,84 11 976,59	74 840,45 103 106,32 303 095,77 29 934,49
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma Seguro de Reforma Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso	140 346,73 84 801,07 122 485,03 373 077,84 11 976,59 5 734,35	74 840,45 103 106,32 303 095,77 29 934,49 7 662,20
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma Seguro de Reforma Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso Seguro de Maioridade	140 346,73 84 801,07 122 485,03 373 077,84 11 976,59 5 734,35 26 667,36	74 840,45 103 106,32 303 095,77 29 934,49 7 662,20 23 734,63
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma Seguro de Reforma Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso Seguro de Maioridade Seguro de Lazer	140 346,73 84 801,07 122 485,03 373 077,84 11 976,59 5 734,35 26 667,36 286 936,58	74 840,45 103 106,32 303 095,77 29 934,49 7 662,20 23 734,63 227 440,26
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma Seguro de Reforma Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso Seguro de Maioridade Seguro de Lazer Capitais Diferidos com Opção	140 346,73 84 801,07 122 485,03 373 077,84 11 976,59 5 734,35 26 667,36 286 936,58 2 521,40 6 316 673,14	74 840,45 103 106,32 303 095,77 29 934,49 7 662,20 23 734,63 227 440,26 2 439,89
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma Seguro de Reforma Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso Seguro de Maioridade Seguro de Lazer Capitais Diferidos com Opção  Totais Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m	140 346,73 84 801,07 122 485,03 373 077,84 11 976,59 5 734,35 26 667,36 286 936,58 2 521,40 6 316 673,14 nembros (Passivo):	74 840,45 103 106,32 303 095,77 29 934,49 7 662,20 23 734,63 227 440,26 2 439,89 6 149 826,22
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma Seguro de Reforma Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso Seguro de Maioridade Seguro de Lazer Capitais Diferidos com Opção  Totais Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m Sócios - Novas Modalidades	140 346,73 84 801,07 122 485,03 373 077,84 11 976,59 5 734,35 26 667,36 286 936,58 2 521,40 6 316 673,14 nembros (Passivo): 9 365,67	74 840,45 103 106,32 303 095,77 29 934,49 7 662,20 23 734,63 227 440,26 2 439,89 6 149 826,22 2 494,10
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma Seguro de Reforma Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso Seguro de Maioridade Seguro de Lazer Capitais Diferidos com Opção  Totais Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m Sócios - Novas Modalidades Sócios - Quotas e Jóias Antecipadas	140 346,73 84 801,07 122 485,03 373 077,84 11 976,59 5 734,35 26 667,36 286 936,58 2 521,40 6 316 673,14 nembros (Passivo): 9 365,67 3 797,74	74 840,45 103 106,32 303 095,77 29 934,49 7 662,20 23 734,63 227 440,26 2 439,89 6 149 826,22 2 494,10 3 408,42
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma Seguro de Reforma Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso Seguro de Maioridade Seguro de Lazer Capitais Diferidos com Opção  Totais Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m Sócios - Novas Modalidades Sócios - Quotas e Jóias Antecipadas Sócios - Conta Corrente	140 346,73 84 801,07 122 485,03 373 077,84 11 976,59 5 734,35 26 667,36 286 936,58 2 521,40 6 316 673,14 nembros (Passivo): 9 365,67 3 797,74 60,94	74 840,45 103 106,32 303 095,77 29 934,49 7 662,20 23 734,63 227 440,26 2 439,89 6 149 826,22 2 494,10 3 408,42 84,24
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma Seguro de Reforma Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso Seguro de Maioridade Seguro de Lazer Capitais Diferidos com Opção  Totais Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m Sócios - Novas Modalidades Sócios - Quotas e Jóias Antecipadas Sócios - Conta Corrente Sócios - Prestações de Empréstimos Apoio à Família	140 346,73 84 801,07 122 485,03 373 077,84 11 976,59 5 734,35 26 667,36 286 936,58 2 521,40 6 316 673,14 nembros (Passivo): 9 365,67 3 797,74 60,94 0,00	74 840,45 103 106,32 303 095,77 29 934,49 7 662,20 23 734,63 227 440,26 2 439,89 6 149 826,22 2 494,10 3 408,42 84,24 0,00
Seguro de Vida Inteira Pensões de Reforma Seguro de Reforma Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso Seguro de Maioridade Seguro de Lazer Capitais Diferidos com Opção  Totais Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m Sócios - Novas Modalidades Sócios - Quotas e Jóias Antecipadas Sócios - Conta Corrente	140 346,73 84 801,07 122 485,03 373 077,84 11 976,59 5 734,35 26 667,36 286 936,58 2 521,40 6 316 673,14 nembros (Passivo): 9 365,67 3 797,74 60,94	74 840,45 103 106,32 303 095,77 29 934,49 7 662,20 23 734,63 227 440,26 2 439,89 6 149 826,22 2 494,10 3 408,42 84,24

# ■ 13.2.2. Acréscimos e diferimentos

# ■ 13.2.2.1. Acréscimos de gastos e de rendimentos

	2012	2011		2012	2011
Acréscimos de Rendimentos:			Acréscimos de Gastos:		
Juros Depósitos a Prazo	22 495,66	10 428,68	Encargos Férias 2012 a gozar em 2013	75 715,00	75 730,40
Juros Títulos Dívida Pública	452,54	452,50	Telemóveis	0,00	69,72
Juros Empréstimos a Sócios	0,00	0,00	Gás	0,00	6,21
Manutenção Elevadores	0,00	0,00	Electricidade	335,44	2 547,53
Seguro Acidentes Trabalho	1 499,16	0,00	Seguro Acidentes Trabalho	0,00	250,52
			Comissões Bancárias	50,61	50,61
			Aluguer Linha PT Prime	0,00	90,53
			Honorários Auditoria	5 148,78	4 428,00
			Água	30,90	71,42
			Limpeza Imóveis	0,00	1 056,13
			Telefones/Fax	166,34	0,00
			Reparações ascensores	0,00	171,40
			Obras em execução	5 557,30	0,00
Total	24 447,36	10 881,18	Total	87 004,37	84 472,47

## **■** 13.2.2.2. Diferimentos

	2012	2011		2012	2011
Rendimentos Diferidos:			Gastos Diferidos:		
Liberação Quotas	13 879,11	15 727,83	Serviços informáticos-pacote horas Minimal	24 726,65	61 816,85
Rendas 2013 vencidas em 2012	32 946,38	23 867,00	Mediafone	191,88	0,00
Bónus Preferência Arrendamento	39 722,14	43 055,50	Serviços de desinfestação	203,64	782,00
			Locação fotocopiadoras	1 475,86	1 424,59
			Assistência Técnica Equipamentos	1 758,74	0,00
			Manutenção Elevadores	118,52	57,39
			Seguro Incêndio	34 239,41	19 552,91
			Seguro Quebra Vidros	118,07	118,07
			Seguro Acidentes Trabalho	2 251,69	1 985,74
			Seguro Roubo	0,00	0,00
			Seguro Elevadores	440,39	440,39
			Tickets de refeição	2 497,44	1 793,22
			Manutenção Fotocopiadoras	278,33	293,98
			Dívidas Empréstimos sobre Quotas Pagas	749,31	0,00
			Serviços Medicina Trabalho	1 741,55	0,00
Total	86 547,63	82 650,33	Total	70 791,48	88 265,14

# ■ 13.3. Discriminação de valores das principais rubricas da demonstração de resultados por natureza

■ 13.3.1. Fornecimentos e serviços externos

Contas ESNL	GASTOS	2012	2011
62	Fornecimentos e Serviços Externos		
621101	Empreitada Geral de Construção	0,00	14 698,50
621102	Trabalhos de Electricidade	31 080,23	58 722,62
621103	Trabalhos de Canalizações e Esgotos	93 650,74	82 396,21
621104	Trabalhos de Pinturas	2 816,70	0,00
621105	Trabalhos de Carpintarias	0,00	922,50
621106	Trabalhos de Caixilharia	11 449,25	1 222,13
621107	Trabalhos de Pavimentação	2 386,20	5 418,15
621108	Trabalhos Impermeabilização	31 337,34	3 111,90
621109	Trabalhos de Construção Civil	33 692,35	84 651,35
621110	Outras Despesas de Conservação	69 332,45	162 778,26
6221	Trabalhos especializados	125 275,50	124 470,05
6222	Publicidade e propaganda	5 741,24	8 404,42
6223	Vigilância e segurança	0,00	0,00
6224	Honorários	659,97	22 286,12
62261	Manutenção de Elevadores	89 129,33	50 935,55
62262	Conservação Manutenção Centro Férias	0,00	0,00
62263	Outros	13 890,02	9 602,23
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 139,43	476,79
6232	Livros e documentação técnica	868,13	474,05
6233	Material de escritório	19 621,05	22 360,25
6234	Artigos para oferta	0,00	100,00
6241	Electricidade	30 815,17	28 426,64
6242	Combustíveis	27,65	38,32
6243	Água	4 029,53	3 236,28
6251	Deslocações e estadas	0,00	8,01
6252	Transportes de pessoal	1 149,80	1 229,85
6253	Transportes de Mercadorias	9,84	0,00
62611	Locação de Edifícios	0,00	0,00
62612	Locação de Outros Bens	22 064,95	20 730,53
6262	Comunicação	26 885,20	28 024,96
6263	Seguros	19 393,08	18 230,10
6265	Contencioso e notariado	37,02	45,00
6267	Limpeza, higiene e conforto	57 519,54	54 913,88
6268	Outros serviços	5 989,74	3 194,17
	Total	700 991,45	811 108,82

■ 13.3.2. Gastos com o pessoal

Contas ESNL	GASTOS	2012	2011
63	Gastos com o Pessoal		
63193	Transportes	0,00	0,00
63194	Alimentação e Alojamento	752,00	720,00
63211	Pessoal Além dos Quadros	0,00	0,00
63212	Pessoal em Reg. de Tarefa ou Avença	68 255,16	66 725,62
63213	Pessoal do Quadro Privativo	262 362,35	255 135,43
63214	Subsídio de Refeição	33 671,88	32 852,18
63215	Subsídio de Férias e Natal	62 834,49	70 039,73
63216	Horas Extraordinárias	3 350,70	2 809,84
63217	Outros Abonos em Num. ou Espécie	2 839,85	2 684,23
63218	Pessoal Auxiliar e Porteiras	78 160,94	82 094,51
63219	Pessoal Aguardando Aposentação	0,00	0,00
63220	Pessoal Contratado a Termo Certo	14 482,56	30 132,20
63221	Prestações Complementares	0,00	0,00
63222	Horas Extraord.ls.Hor.Trb-art.265CT	11 294,06	13 257,32
63223	Complemento de Doença	757,28	773,20
6351	Encargos s/ Remun Seg.Social	95 791,19	90 430,56
6352	Encargos s/ Remunerações - CGA	0,00	965,73
6353	Encargos s/ Remunerações - ADSE	0,00	320,17
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	6 443,80	6 586,11
637	Gastos de acção social	0,00	1 162,61
6381	Cursos de Formação	3 737,85	4 935,70
6382	Fardamentos	0,00	0,00
6385	Bónus e Prémios	24 434,24	0,00
6386	Recrutamento de Pessoal	0,00	0,00
6387	Alimentação	318,25	240,71
6388	Indemnizações Cessação Contrato	2 500,00	0,00
	Total	671 986,60	661 865,85

# ■ 13.3.3. Juros e rendimentos similares obtidos

		2012	2011
Juros obtidos			
Depósitos a prazo		112 841,80	95 284,21
Empréstimos a associados:			
Habitação		3 661,76	6 006,03
Obras		4 481,51	3 796,47
Equipamento educativo e profissional		660,03	216,30
Cuidados de saúde		593,99	876,74
Bolsas de estudo		279,00	416,52
Sobre reservas matemáticas		0,00	111,89
Sobre quotas pagas		93,80	0,00
Juros de mora e outros		259,26	295,68
Títulos de Dívida Pública		2 300,42	2 301,32
	Totais	125 171,57	109 305,16

■ 13.3.4. Vendas e serviços prestados

		2012	2011
Quotizações de associados			
Subsídio por morte		152 611,68	156 045,78
Novas modalidades de seguros:			
Seguro de vida inteira		11 503,46	11 841,25
Pensões de reforma		14 737,22	14 406,62
Seguro de reforma		70 027,16	66 072,77
Seguro de prosseguimento de estudos		1 532,16	3 861,01
Seguro de maioridade		3 166,36	3 424,59
Seguro de lazer		61 523,61	55 367,68
Capitais diferidos com opção		64,80	38,48
Capital repartido		0,00	0,00
Capital duplo		0,00	0,00
	Totais	315 166,45	311 058,18

# ■ 13.3.5. Outros rendimentos e outros gastos

		2012	2011
Outros rendimentos e ganhos:			
Rendimentos e Ganhos Rest. Activos Financeiros		0,00	0,00
Rendimentos e Ganhos em Invest. Não Financeiros		2 012 215,22	1 866 495,68
Rendimentos Correntes Relativos a Sócios:			
Recuperação Quotas		72,21	92,21
Rendas Vitalícias Anuladas		156,41	917,84
Subsídios Anulados		6 105,11	9 133,13
Outros		22 635,58	20 257,18
	Totais	2 041 184,53	1 896 896,04
Outros gastos e perdas:			
Impostos		41 668,34	38 088,25
Dívidas Incobráveis		0,00	0,00
Gastos e Perdas em Invest. Não Financeiros		0,00	0,00
Gastos Correntes Relativos a Sócios:			
Subs. por Morte (Extraordinários)		90 768,45	87 816,52
Subs. por Morte (Ordinários)		54 471,68	42 352,74
Rendas Vitalícias		23 076,98	22 410,80
Restituição de Quotas		14 557,13	10 005,04
Capital Vencido Seguros		2 096,48	2 100,70
Resgates Reservas Matemáticas		13 302,63	1 863,31
Juros nos Termos do Estatuto		12,89	7,22
Outros Gastos Inerentes a Sócios		1 368,20	0,00
Outros		1 552,32	1 905,12
	Totais	242 875,10	206 549,70

## ■ 13.4. Publicação do relatório e contas

Segundo o artº 20 nº 1 alínea f) compete ao Conselho de Administração promover a publicação na imprensa do relatório e contas da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, até oito dias antes da data fixada para a reunião da Assembleia Geral.

Lisboa, 18 de Fevereiro 2013

O Administrador-Delegado João Luís Cabral Picão Caldeira O Presidente do Conselho de Administração António Manuel Dias Farinha

# DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2011

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	0,00	0,00	4 479 136,99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e respectivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	290 009,65 <b>290 009,65</b>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3			
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações	5	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	6=1+2+3+5	0,00	0,00	4 769 146,64

# DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2012

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	0,00	0,00	4 769 146,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio	5, 6.2 5, 6.2 7	0,00	0,00	184 565,67 <b>184 565,67</b>
<b>RESULTADO EXTENSIVO OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b> Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações	9=7+8	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6+7+8+10	0,00	0,00	4 953 712,31

<sup>\*</sup> O valor dos excedentes de revalorização está incluído na rubrica de resultados transitados do balanço

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

O Administrador-Delegado João Luís Cabral Picão Caldeira

Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							
Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização *	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses Minoritários	Total dos fundos patrimoniais
14 713 474,12	0,00	10 456 554,21	0,00	325 853,54	29 975 018,86	0,00	29 975 018,86
114 024,66 <b>114 024,6</b> 6	0,00	-114 024,66 -114 024,66	0,00	-325 853,54 <b>-325 853,54</b>	0,00 0,00 0,00 -114 024,66 0,00 0,00 78 180,77 -35 843,89	0,00	0,00 0,00 0,00 -114 024,66 0,00 0,00 78 180,77 -35 843,89
				208 548,78	208 548,78		208 548,78
				172 704,89	172 704,89	0,00	172 704,89
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 <b>0,00</b>	0,00	0,00 0,00 0,00 <b>0,00</b>
14 827 498,78	0,00	10 342 529,55	0,00	208 548,78	30 147 723,75	0,00	30 147 723,75

Valores em euros

Fundos patrimon	iais atribuídos ao	s instituidores da	entidade-mãe				
Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização *	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses Minoritários	Total dos fundos patrimoniais
14 827 498,78	0,00	10 342 529,55	0,00	208 548,78	30 147 723,75	0,00	30 147 723,75
		-113 974,11			0,00 0,00 0,00 -113 974,11		0,00 0,00 0,00 -113 974,11
					0,00		0,00
113 974,11 <b>113 974,11</b>	0,00	-113 974,11	0,00	-208 548,78 <b>-208 548,78</b>	0,00 89 991,00 <b>-23 983,11</b>	0,00	0,00 89 991,00 <b>-23 983,11</b>
				555 731,63	555 731,63		555 731,63
				531 748,52	531 748,52	0,00	531 748,52
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 <b>0,00</b>	0,00	0,00 0,00 0,00 <b>0,00</b>
14 941 472,89	0,00	10 228 555,44	0,00	555 731,63	30 679 472,27	0,00	30 679 472,27

O Presidente do Conselho de Administração António Manuel Dias Farinha